

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

FLAVIANA TEIXEIRA

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROCESSOS DE INTERDIÇÃO CIVIL:
UMA PRÁTICA VOLTADA PARA A GARANTIA DE DIREITOS E DE CARÁTER
EMANCIPATÓRIO ?**

D. _____ DO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 1/1
DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 09/07/09


Rosana Maria Gaio
Coord. de Estágio e TCC
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS
2009.1

FLAVIANA TEIXEIRA

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROCESSOS DE INTERDIÇÃO CIVIL:
UMA PRÁTICA VOLTADA PARA A GARANTIA DE DIREITOS E DE CARÁTER
EMANCIPATÓRIO ?**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento

FLORIANÓPOLIS

2009.1

FLAVIANA TEIXEIRA

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROCESSOS DE INTERDIÇÃO CIVIL:
UMA PRÁTICA VOLTADA PARA A GARANTIA DE DIREITOS E DE CARÁTER
EMANCIPATÓRIO ?**

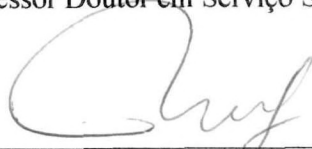
Trabalho apresentado no Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do professor Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento.

BANCA EXAMINADORA



Orientador

Hélder Boska de Moraes Sarmento
Universidade Federal de Santa Catarina
Professor Doutor em Serviço Social



1ª Examinadora

Maria Del Carmen Cortizo
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora Doutora em Ciências Sociais



2ª Examinadora

Tânia Aparecida da Silva Campos
Fórum de Justiça da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina
Assistente Social

Florianópolis, 09 de julho de 2009.

Dedico este trabalho a memória de meu tio Luiz
Carlos Neves (Tio Pit).

Flaviana Teixeira

AGRADECIMENTOS

À Deus, por minha vida.

À minha mãe, Dona Maria, por dedicar-se a minha criação, bem como, pelo investimento material em função da minha formação acadêmica.

À meu noivo pelo incentivo, pois se não fosse por ele eu não teria feito o concurso do vestibular e ainda por sua compreensão com relação as minhas decisões. Você é meu eterno parceiro!

À minha sogra, Dineide Valgas que é um exemplo de superação e êxito e a meu sogro Rubens Alfredo, à minha querida cunhada Laine Valgas que me ensinou a ter tranquilidade e segurança.

À minha família, principalmente à minha querida avó Dona Alba (Vó Buca), à Tia Rosalba (Tia Baba) e meus primos Luiz (Nico), Viviane (Vivi) e Andrei (Mosquinha) por torcerem sempre por mim.

À meus amigos Jony, Aline, Pâmela, Patrícia, Milene e Fabiana pelos momentos felizes compartilhados durante a graduação e em especial à minha amiga e parceira Rejane que pra mim foi a melhor coisa que aconteceu na faculdade, a sua amizade.

Ao corpo docente, em especial a meus queridos professores Dr. Raúl Burgos, Dr^a Ivete Simionatto, Dr^a Edaléa Maria Ribeiro, Dr^a Teresa Kleba Lisboa, Dr^a Ana Maria Baima Cartaxo, Dr^a Rosana de Moraes Sarmento, Dr^a Rosana Martinelli, Dr. Ricardo Lara, Dr^a Maria Manoela Valença e por fim, Dr^a Eliete Cipriano Vaz.

Ao Departamento de Serviço Social/UFSC em especial, a Prof^a Beatriz Paiva, minha querida colega Dani, Rosana Gaio, Simone e Ondina.

À equipe do Fórum de Justiça da Comarca de Florianópolis, à Juíza da 1^a Vara de Família Dra Claudia, A.S Tânia, A.S Angélica, á minha supervisora de estágio A.S Arlete Milanez, à Dona Lúcia e ao pessoal do Serviço de Mediação Familiar, a colega estagiária Simone, à recepcionista Lia, bem como toda a equipe da 1^a Vara de Família.

À meu orientador Hélder Boska de Moraes Sarmiento, à Banca Examinadora composta pela Profª Drª Maria Del Carmen Cortizo e Assistente Social Tânia Aparecida Campos.

À meus estimados amigos pelos melhores momentos de minha vida, Priscila (Pri), Fabrício Pontes, Júnior (Babinha) e toda a sua família, Ariel Coelho, aos casais mais queridos Alexandre Arroyo e Tati, Marcelo Balbuena e Nara Ortiz, André Pastor e Luiza e a toda galera do Rock n' Roll.

Aos funcionários do Centro Sócio Econômico, da recepção Dejair, Sr. Dudu e Soninha, ao pessoal do Xerox Leandro e Eliane, ao pessoal da Lanchonete Assim & Assado Angelis e Marcus e toda a sua equipe.

E por fim, aos colegas e amigos, que ficam no anonimato, não em função da importância, mas pela impossibilidade de citar todos.

TEIXEIRA, Flaviana. **A atuação do Serviço Social nos processos de Interdição Civil: Uma prática voltada PARA a garantia de direitos e de caráter emancipatório ?**, 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

O presente trabalho busca identificar a atuação do Serviço Social nos processos de Interdição Civil: se esta atuação dispõe de prática voltada para a garantia de direitos e de caráter emancipatório ou não. Logo, este estudo foi estruturalmente organizado de forma a proporcionar um maior entendimento ao leitor no que diz respeito ao surgimento do Poder Judiciário e a inserção do Serviço Social nesta instituição, seguidamente abordaremos a categoria interdição civil, suas condicionalidades e consequências para então identificarmos o perfil dos interditandos para daí com base neste contexto, compreender como se processa as relações entre o assistente social e a viabilização dos direitos destes sujeitos interditandos promovendo assim o que é preconizado pelo projeto Ético Político da profissão, a emancipação dos sujeitos interditandos. No presente estudo optamos pelo uso da perspectiva crítico dialética onde a pesquisa estará voltada para o real e articulada ao movimento da sociedade, nesse sentido buscando superar a simples perspectiva de descrever e explicar a realidade, por meio das diversas determinações que influenciam a realidade social, realizando uma análise sob a perspectiva da totalidade dos processos sociais, compreendendo as determinações sociais para que se possa de fato transformar a realidade social.

Palavras-Chave: Poder Judiciário, Interdição Civil, Trabalho, Emancipação.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01 – Do Estado Civil dos Interditandos.....	36
Tabela 02 – Em relação ao Gênero dos Interditandos.....	39
Tabela 03 – Das relações de Trabalho dos Interditandos.....	41
Tabela 04 – Perfil do Interditando referente à Faixa Etária.....	42
Tabela 05 – Dos Rendimentos dos Interditandos.....	44
Tabela 06 – Da Relação dos Interditandos com a Previdência Social.....	48
Tabela 07- Dos Motivos que Levam ao Ingresso da Ação de Interdição civil.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACECA DO PODER JUDICIÁRIO.....	12
2. O SERVIÇO SOCIAL E O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	20
2.1 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	20
2.1.1 O Serviço Social no Poder Judiciário Brasileiro.....	21
2.1.2 A inserção do Serviço Social no Poder Judiciário Catarinense.....	23
3. DO QUE TRATA O INSTITUTO DA INTERDIÇÃO CIVIL.....	27
3.1 PROCESSO HISTÓRICO A QUAL A INTERDIÇÃO CIVIL PASSOU ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	29
4. PROCESSOS DE INTERDIÇÃO CIVIL: PERFIL DOS INTERDITANDOS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

INTRODUÇÃO

A idéia do presente estudo surgiu devido à indagações acerca da prática profissional do assistente social no cumprimento do estágio obrigatório realizado no período de um ano na instituição Fórum de Justiça da Comarca de Florianópolis e em função das mais variadas demandas, advindas da aproximação com os usuários, através da realização de estudos sociais solicitados pela autoridade judiciária da 1ª Vara de Família da Comarca de Florianópolis, deixando assim, diversas indagações e essas demandas são referentes aos processos de interdição civil, bem como, a prática do assistente social nestes processos, se tornaram a grande preocupação.

O objetivo do trabalho trata-se de analisar o caráter da intervenção do assistente social nos processos de interdição civil, se esta intervenção apresenta um caráter emancipatório ou não, se viabiliza os direitos dos sujeitos interditandos ou não.

Logo, este estudo foi estruturalmente organizado de forma a proporcionar um maior entendimento ao leitor no que diz respeito ao surgimento do Poder Judiciário e a inserção do Serviço Social nesta instituição, seguidamente abordaremos a categoria interdição civil, suas condicionalidades e consequências para então identificarmos o perfil dos interditandos, para daí, com base neste contexto, compreender como se processa as relações entre o assistente social e a viabilização dos direitos destes sujeitos promovendo assim o que é preconizado pelo projeto Ético Político da profissão, a emancipação dos sujeitos interditandos.

No presente estudo optamos pelo uso da perspectiva crítico dialética onde a pesquisa estará voltada para o real e articulada ao movimento da sociedade, nesse sentido buscando superar a simples perspectiva de descrever e explicar a realidade, por meio das diversas determinações que influenciam a realidade social, realizando uma análise sob a perspectiva da totalidade dos processos sociais, compreendendo as determinações sociais para que se possa de fato transformar a realidade social.

O esforço para compreender essas determinações e processos, está organizado nos seguintes capítulos.

No primeiro capítulo, traremos uma breve contextualização acerca do Poder Judiciário, ressaltando como se processa as relações de poder no interior desta instituição, bem como, as relações burocráticas e relações de desigualdade no que tange o acesso à justiça por meio do judiciário.

No segundo capítulo, abordaremos a inserção do Serviço Social no Poder Judiciário, a fim de compreender a legitimidade do trabalho do assistente social nesta instituição, bem como, analisaremos a inserção do Serviço Social no Poder Judiciário mais especificamente no judiciário catarinense e como a profissão se inscreve nesse contexto institucional.

No terceiro capítulo analisaremos a categoria interdição civil sob o aspecto legal a fim de proporcionar maior clareza no que diz respeito ao entendimento acerca deste instituto, logo, apresentaremos um estudo comparativo entre os Códigos Civis de 1916 e 2002 a fim de identificar os avanços obtidos em relação a legislação direcionada a interdição civil e por fim, apresentaremos os aspectos históricos e as práticas institucionais relacionadas a esta categoria, discutindo também as suas condicionalidades e consequências na vida dos sujeitos interditandos, bem como, na vida de suas famílias.

No último capítulo, identificaremos o perfil dos interditandos, bem como, o fator motivador que levou ao ingresso da ação de interdição civil face o Poder Judiciário, analisando simultaneamente a prática profissional de Serviço Social nesses casos.

1- UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO PODER JUDICIÁRIO

O surgimento do Poder Judiciário tem sua existência demarcada pelo fato de ter a existência do Estado. Enquanto construção histórica, podemos destacar algumas características de cada período, entendendo sempre que trata-se de uma trajetória dinâmica e não estática.

Segundo Sifuentes (1999), no Brasil o Poder Judiciário foi influenciado pelo modelo português, isto é, modelo de tradições monárquicas, caracterizado pela administração extremamente burocrática e hierarquizada. O Brasil até 1822 ainda conservava o ordenamento jurídico português, foi só a partir daí que se criou ordenamento jurídico próprio, com o advento do Código Civil de 1916.

Na primeira fase do período colonial brasileiro, o judiciário apresentava características feudais onde seu funcionamento se dava por intermédio de funcionários nomeados pelo donatário das capitanias hereditárias.

No período imperial ainda se tinha resquícios da influência portuguesa, pois o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro passou a se chamar Supremo Tribunal de Justiça, sendo equiparado à Casa de Suplicação de Lisboa.

Já no período republicano, o campo de atuação do Poder Judiciário foi alargado, principalmente após a Constituição de 1988, para abarcar o julgamento de questões que envolvem complexas e delicadas relações políticas, bem como, a incessante busca pelo Estado Democrático de Direito, baseado na soberania popular, no respeito pelos Direitos do Homem e na separação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Judiciário tornou-se o personagem principal como mediador das relações sociais, interferindo nas mais diversas formas de constituição e resolução de conflitos, agindo desde as mais simples lides até naqueles que detém o poder de transformar regras consagradas pela sociedade. Tal protagonismo é resultado da própria história da estrutura social e política do Estado, sua dinâmica e contradições.

O poder jurídico se organiza no Estado e a partir dele, logo o entendimento acerca da categoria Estado se faz imprescindível para entender sua relação com o Poder Judiciário.

As concepções de Estado são muito amplas e variadas, como analisa Moraes (2006), há diferentes perspectivas para fazer isto, como por exemplo, o pensador Thomas Hobbes compreende o Estado como resultado de consentimento feito pelos homens onde há “uma transferência de autoridade de cada membro da sociedade a um indivíduo ou colegiado no qual se concentra e personifica a autoridade pública”. (MORAES, 2006, p.19)

Marx, de outra perspectiva com a qual nos identificamos, entende o Estado de forma oposta a Hobbes, para ele, o Estado não resulta de um acordo de vontades dos membros da sociedade, mas sim constitui a organização do poder em função dos interesses da classe dominante, sobrepondo-se à classe trabalhadora, pois como ressalta Pires (1986), para Marx,

O Estado é entendido como um organismo jurídico- político que serve aos interesses da propriedade privada, mantendo uma estrutura econômica e social protetora desses interesses e adversa aos interesses dos não proprietários (PIRES, 1986: 44).

Marx entendia o Estado Burguês como Estado a serviço da classe dominante, ou seja, da burguesia. O Estado gerado pelo modo de produção capitalista visa, na teoria de Marx, validar a exploração da mais-valia "legalmente" e manter a lei de propriedade privada. Para isso, conta com aparatos de diversos tipos, como a política, os tribunais e as forças da repressão, como o exército e as polícias. Portanto, tendo isso em mente, Marx quer dizer com a citação acima que o Estado é uma instituição a serviço da burguesia, para manter, validar e proteger seus interesses, que nada mais são que o lucro, a propriedade e a exploração do trabalho assalariado.

A presente pesquisa adotará a concepção marxiana acerca do conceito de Estado, onde para se exercer a atividade política do Estado de maneira hegemônica, isto é, impondo uma direção política e econômica à sociedade por meio do Estado. Conforme Pires (1986) é necessário que esta atividade política se processe por meio do governo, por isso, deve-se manter a qualquer custo o controle deste.

Podemos compreender mais claramente a concepção de Marx sob o exemplo da burguesia mercantil, que surgiu no século XVII, onde esta adquiriu uma influência no poder do Estado, tornando-se um agente deste, onde se personificou com um agente do governo tornando assim possível usar esta instituição – o Estado- para representar seus interesses, submetendo toda a política da sociedade à seu favor por meio das relações de poder. A

influência exercida pela burguesia nesta época acaba por ser exercida atualmente, onde o poder econômico está intimamente ligado ao poder político.

No entanto, a dinâmica do poder no Estado, também se faz importante para entender como conseqüentemente se processa esta correlação de forças no interior das instituições, mais precisamente na essência da instituição judiciária.

Com relação ao poder nas instituições, vemos que antigamente o poder era personificado nas mãos de um só indivíduo, como por exemplo: na monarquia o poder era personificado nas mãos do rei ou monarca, tal poder personificado denomina-se poder individualizado.

A partir daí, com o surgimento do Estado, foi-se construindo historicamente um outro tipo de poder, o poder despersonalizado, isto é, que passa a viver na essência das instituições, tal essência diz respeito a instituição não ter um responsável direto para responder por si, como era o poder personificado nas mãos da monarquia, isto é nas mãos do rei.

Como afirma Rocha

Ao institucionalizar-se, o poder torna-se estável, desligando-se das pessoas e cristalizando-se nas instituições, entre elas, a mais importante o Estado, que passa a ser seu titular abstrato, permanente e exclusivo (ROCHA, 1995 p. 11).

Todavia, para que o governo possa garantir o monopólio do poder através do Estado tendo como finalidade inicial e que perdura até os dias de hoje a garantia dos interesses da classe dominante, dessa forma foram processadas três formas distintas de organizar o poder para que o Estado pudesse realizar os seus fins.

O poder do Estado foi dividido estruturalmente, segundo Rocha (1995), de forma tripartite, onde temos:

O Poder Legislativo que edita as normas gerais e abstratas, o Poder Executivo que tem por função administrar e por fim o Poder Judiciário que tem como função decidir em caráter definitivo os conflitos concretos de interesses mediante a aplicação do direito e eventualmente, executar as decisões (ROCHA, 1995 p.12).

A idéia a respeito da divisão dos Poderes foi desenvolvida por Aristóteles na Antigüidade, o conceito definitivo foi desenvolvido por Montesquieu, onde houve o

entendimento de que foi preciso dispor o poder para provocar um equilíbrio, para que cada um exerça o controle sobre o outro e não mais existindo um poder absoluto.

Logo, entende-se que o Estado, como titular abstrato do poder, instaurou que apenas o Poder Judiciário detém a função exclusiva do exercício de julgar.

Partindo do entendimento de que o Poder Judiciário apenas existe em função do Estado e que este, a partir da concepção marxiana, trata-se de um mecanismo de dominação de uma determinada classe social, a burguesa, atualmente denominada de classe capitalista, em defesa de seus interesses e que o Poder Judiciário está inserido nesta realidade histórica e concreta seguindo esta tendência dominante, propomos então, entender como se processa as relações de poder no interior do Poder Judiciário mais precisamente no Fórum de Justiça da Comarca de Florianópolis.

O poder exercido pelas instituições se processa de maneira complexa, para que se evidencie a relevância do entendimento das correlações de forças no interior da instituição judiciária, é preciso ter mais clareza sobre a categoria poder.

Segundo Rocha “o poder trata-se de uma relação social, onde há uma pluralidade de partes, individuais ou coletivas, colocadas em posições antagônicas”(ROCHA, 1995 p.11).

Partindo do pressuposto que o poder é uma relação social onde existem partes com interesses antagônicos, explica-se por si só, que o Poder Judiciário é o espaço onde se processará esta relação social.

No âmago da instituição judiciária manifestam-se várias relações de poder, a qual estão inseridas uma pluralidade de partes a exemplo disso, constatamos de um lado, que o Poder Judiciário impõe que o acesso gratuito à justiça deve dar-se a partir de uma triagem que se utiliza de critérios econômicos que viabilizam ou não este acesso, logo, temos a instituição judiciária, que exerce um poder institucionalizado, e de outro lado, os sujeitos a princípio portadores de direitos, porém muitas vezes sem o exercício e o entendimento de seu poder para reivindicar estes por outras vezes, ele tem a compreensão, mas não consegue ter o acesso.

No que tange o acesso à justiça “gratuita” são impostos alguns obstáculos pela própria instituição neste caso, a judiciária. Muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes, a classe trabalhadora não dispõe de tal acesso, por motivos econômicos, sociais e culturais, caracterizando obviamente, uma relação de poder, presente inclusive na estrutura e funcionamento do Poder Judiciário.

Como afirma Boaventura de Souza Santos (1997)

Estudos revelam que a distância dos cidadãos em relação a administração da justiça é tanto maior quanto mais baixo é o estado social a que pertencem e que esta distância tem como causas próximas não apenas fatores econômicos, mas também fatores sociais e culturais (SANTOS. 1997, p.42).

No caso da aproximação da classe trabalhadora ao Poder Judiciário com relação ao acesso à justiça “gratuita”, que como podemos perceber de gratuita nada tem, pois a sociedade arca com os impostos que são destinados a este fim, a este acesso apresentam-se vários obstáculos, os sujeitos passam por uma triagem, isto é, uma análise sócio econômico extremamente burocrática. Muitas vezes o sujeito da classe trabalhadora, como ressalta Santos (1997, p.40), tendem a desconhecer seus direitos e conseqüentemente tem dificuldade em reconhecer sua causa como sendo um problema jurídico, ou até pela descrença no Poder Judiciário e aqueles que por ventura reconhecem suas causas como jurídicas perdem as forças em função da morosidade no trato processual, conseqüentemente dado pelo advento da burocracia.

A extrema visibilidade dos problemas decorrentes da dimensão política do Judiciário, nos últimos anos, decorre fundamentalmente do fato do país apresentar problemas estruturais nos âmbitos econômico, político e social . Esta dimensão contempla as funções do judiciário, relacionadas ao seu papel de organismo encarregado de distribuir justiça, isto é, conforme discorremos anteriormente o judiciário tem como principal e exclusiva função o exercício de julgar.

Grande parte da insatisfação popular face ao judiciário refere-se a esta dimensão. A ela são dirigidas contundentes críticas, tais como: "a justiça tarda e falha", como afirmou Santos (1997,p.42) que a possibilidade de acessar o judiciário irá depender de fatores econômicos, sociais e culturais esta por sua vez, trata-se de uma realidade posta atualmente, onde a conversão de litígios em demandas por serviços judiciais depende, da consciência de direitos dos sujeitos e da credibilidade na máquina judicial.

Pensamos que o Poder Judiciário é visto dessa forma porque não há um mecanismo de socialização de informações efetiva, onde a população possa ter a clareza da verdadeira função do Poder Judiciário, que trata de garantir o direito das pessoas e promover a Justiça, aplicando as leis em questão. Há neste contexto uma cultura jurídica posta, isto é, a

soberania dos magistrados no exercício de julgar. Muitas vezes os sujeitos entendem que o juiz tudo pode, não compreendendo que se sua causa for julgada e não obtiver uma sentença a seu favor, este sujeito pode recorrer a outras instâncias como o Tribunal de Justiça em segunda instância e até mesmo ao Superior Tribunal de Justiça em terceira instância..

No que diz respeito à demanda perante o judiciário, o agravamento de alguns aspectos, como o contato dos sujeitos com este Poder, não seguem uma linha estática, podemos perceber que este contato se retrai ou se acentua dependendo do contexto histórico vivido.

A nítida e intensa transformação por que passou a sociedade brasileira, de predominantemente agrária e rural para industrial e urbana, num intervalo de menos de cinquenta anos, tomando como ponto de partida o início da década de 1930, explicaria de certo modo a ploriferação dos conflitos. Tal potencialidade de conflitos foi, em grande parte, contida pela ausência de vida democrática no período ditatorial e pelo descrédito na justiça, determinada por esta condição.

As dificuldades de acesso ao Judiciário são constantemente lembradas como um fator inibidor da realização plena da cidadania¹. O desconhecimento dos direitos por parte de uma grande parte da população, o elitismo instaurado neste poder, a percepção de uma justiça vista como cara e lenta afastam dos tribunais a maior parte da população.

Em suma, podemos afirmar categoricamente que o sistema judicial brasileiro nos moldes atuais estimula um paradoxo: o acesso ao judiciário pela classe capitalista dá-se de uma forma e o acesso ao judiciário pela classe trabalhadora dá-se de outra completamente diferente, podemos certamente concluir que nem todos são iguais perante a Lei pois, expressivos setores da população, como grande parte da classe trabalhadora, encontram-se alheios aos serviços judiciais.

Outro aspecto relevante é o da burocracia enquanto um fenômeno que se manifesta no interior da instituição judiciária. A burocracia, é um fator de destaque na responsabilidade de manter, conservar a ordem social capitalista e dessa forma, garantir os interesses da classe dominante.

Especificando a instituição Poder Judiciário brasileiro, podemos perceber que sua organização é adepta segundo Pires, ao modelo burocrático herdado dos portugueses, onde

¹ Entendemos por realização plena da cidadania a partir da garantia dos direitos civis, sociais e políticos.

apresenta uma configuração hierárquica que permite o seu controle por uma cúpula de confiança do poder executivo, isto é, das elites dominantes.

A burocracia se caracteriza pelo exercício do poder hierarquizado. Segundo Boaventura (2005)

a burocracia estatal no judiciário é o meio de organização mais eficaz no atendimento aos interesses das autoridades judiciárias, pois submetem os jurisdicionados e aos servidores hierarquicamente inferiores a um sistema estático e incompatível com a dinamicidade do direito (BOAVENTURA, 2005 p. 01).

Para Pires (1986), o Estado já nasce burocrático e voltado aos interesses contrários aos dos cidadãos, pelo fato do governo ser transferido das mãos do rei para a burguesia no decorrer do período colônia ao período republicano brasileiro.

Boaventura (2005) afirma que as oligarquias são intrínsecas ao Poder Judiciário, estas apresentam plenos poderes inclusive para ditar parâmetros no campo financeiro e orçamentário deste poder.

Logo podemos concluir que a burocracia no Brasil foi incorporada historicamente às instituições, logo, a experiência histórica mostra que o exercício do poder leva fatalmente ao seu abuso e desvio.

Quando se utiliza o advento da burocracia no Estado, não há espaço para questionamentos, pois esta se cristaliza dentro das instituições tornando-se legítima. Parafraseando Pires “a burocracia é a matéria prima que modela o Estado brasileiro” (PIRES 1986 p. 48).

Com relação à função política do Poder Judiciário, não difere muito da política global vigente, pois as instituições nos países capitalistas, submetidos aos interesses da classe dominante, rompem seus compromissos com a representação social, pelo fato de seus interesses não atenderem as demandas advindas da sociedade.

Com as transformações sociais ocorridas a partir do século XX, foram transformando-se também as demandas que chegam ao Poder Judiciário. Os litígios anteriormente tidos como de simples resolatividade passaram a ser mais complexos, aumentando assim as demandas junto a este poder.

Esse processo de acentuação da demanda junto ao judiciário deu-se por meio das lutas sociais protagonizadas por grupos sociais até então sem tradição, como foi o caso das

mulheres, que vinham em grande número procurar assegurar seus direitos por meio do judiciário.

Para elucidar melhor esta afirmativa, com o advento do trabalho feminino, isto é, da mulher prestar seus serviços não apenas no espaço particular do lar, mas de transportar-se para o espaço público para desenvolver sua força produtiva, acarretou de certa forma uma nova forma de conflitualidade familiar em função do novo padrão comportamental feminino, que por sua vez acarretou de forma significativa no aumento dos litígios face o judiciário.

Esta é uma situação entre muitas outras forçaram que a estrutura do Poder Judiciário se transformasse juntamente com a realidade. Como essa transformação simultânea não ocorreu, o judiciário encontra-se diante de uma crise estrutural.

Tais apontamentos feitos neste capítulo nos servem de base para entender que é neste emaranhado de relações de poder, relações burocráticas, relações de desigualdades que o Serviço Social está submerso enquanto profissão, ou melhor, o Serviço Social está inserido entre tais forças contraditórias. Para tanto, iniciaremos um novo capítulo para melhor elucidar a inserção do Serviço Social no Poder Judiciário brasileiro e como se processa esta atividade profissional no que tange a sua atuação nos processos de interdição civil.

2 O SERVIÇO SOCIAL E O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Segundo Iamamoto (1995) o surgimento e a institucionalização do Serviço Social enquanto profissão se deu por volta das décadas de 1920 e 1930 sob certa influência da Igreja Católica, isto é, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais encontrava-se a serviço da doutrina social da Igreja, realizando através de ações voluntaristas e de caridade.

A autora afirma que nos anos 40 e 50 o Serviço Social brasileiro neste período encontra sua institucionalidade, ao ter no Estado seu grande empregador, respondendo à demandas e contradições do processo de industrialização que se instala no país. O Serviço Social recebe influência norte-americana, onde o trabalho do assistente social era marcado pelo tecnicismo e na psicologização do indivíduo, onde se destacava a responsabilização do indivíduo pelo estado em que este se encontrava, o indivíduo era visto como indivíduo-problema, isto é, pautava-se na idéia de ajustamento e de ajuda psicossocial, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”.

Segundo José Paulo Netto (2002) no período compreendido entre as décadas de 60 e 70 surge com as lutas sociais travadas pela classe trabalhadora, um movimento de renovação na profissão, pela busca de ruptura com o conservadorismo. O Serviço Social emancipa-se, rompendo os laços com a doutrina social da igreja e estabelecendo um contato maior com as ciências sociais e se aproximando dos movimentos “de esquerda”, sobretudo do sindicalismo combativo e classista que se revigora nesse contexto.

O profissional em Serviço Social acaba neste período por ampliar a sua atuação para as áreas de pesquisa, administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria aos setores populares. E se intensifica o questionamento da perspectiva técnico-burocrática,

por ser esta considerada como instrumento de dominação de classe, a serviço dos interesses capitalistas.

Como afirma Iamamoto (1998) no contexto ímpar dos anos 80, onde há um processo de democratização no país, vem à tona o debate da Ética no Serviço Social, buscando-se romper com tradicionalismo filosófico fundado na ética neotomista e no humanismo cristão. Encarrega-se claramente no Código de Ética Profissional, aprovado em 1986 e revisto em 1993, a idéia de compromisso com a classe trabalhadora. O referido Código traz também outro avanço, a ruptura com o corporativismo profissional, inaugurando a percepção do valor da denúncia, inclusive a formulada por usuários.

No âmbito da formação profissional, busca-se a transcendência do tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, com a revisão curricular de 1982, tendo em vista disseminar a idéia da junção entre a técnica e a política.

Iamamoto nos traz que nos anos 90, visualizamos no âmbito do Serviço Social as conseqüências do neoliberalismo, da flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, retração do Estado e dos direitos sociais. O Serviço Social passa a vender também a sua força de trabalho na esfera das Organizações Não Governamentais de Interesse Público. O Serviço Social passa a conquistar novos espaços de atuação profissional, podemos citar a sua participação nos mecanismos de controle social como os Conselhos de Direitos, ocupando também funções de assessoria entre outros.

Nos anos 2000, averigua-se a propagação de cursos de graduação privados de baixa qualidade, implementação do ensino de graduação à distância, com prejuízo ao ensino presencial, comprometendo inclusive a capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos, o que gera novos desafios para a luta pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços prestados pelos assistentes sociais.

2.1.1 O Serviço Social no Poder Judiciário Brasileiro

Fávero (2005) indica que Serviço Social no Poder Judiciário Brasileiro só se fez presente pela necessidade demandada pela autoridade judiciária na obtenção dos

conhecimentos específicos da profissão. O Serviço Social atua diretamente na realidade social e se relaciona com o judiciário principalmente por meio da elaboração de Estudo Social solicitado pela autoridade judiciária tido como um instrumental extremamente importante para o auxílio da sentença judicial proferida pelo juiz, bem como, pelo atendimento em plantão social, encaminhando os usuários e socializando informações.

Para tanto, foi a partir deste momento que a instituição judiciária possibilitou o Serviço Social vender a sua força de trabalho neste legítimo espaço de atuação dos assistentes sociais.

Logo, foi a partir de um processo histórico que tal necessidade do trabalho específico do assistente social se fez presente no Poder Judiciário brasileiro por ser uma profissão socialmente útil e necessária, a este sistema sócio- institucional.

Iamamoto propõe uma reflexão acerca do entendimento deste processo histórico.

Como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder as necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda (IAMAMOTO,2001 p. 172).

No entanto, o interesse do Poder Judiciário em convocar o profissional de Serviço Social também se fez necessário a partir das transformações sociais.

No Brasil, o Serviço Social surgiu como necessidade no judiciário a partir da década de 50, tal profissional era visto como “perito, referenciado pelo seu saber profissional, auxiliando dessa forma o juiz na tomada de decisões legais com relação a menores e famílias” (FAVERO 2005, p.34).

No entanto, nesta época a prática profissional acompanhava favoravelmente corrente da regulação e do disciplinamento do cotidiano, ou seja, reforçava a ordem vigente, não que a classe dos assistentes sociais optava conscientemente por esta prática, entretanto, na época não havia discussões e reflexões acerca da prática profissional, logo, o Serviço Social estava imerso nessa relação de alienação. Para tanto, é importante ressaltar que o profissional de Serviço Social inserido neste contexto histórico, não tinha o interesse em dar um caráter repressor a sua prática, mas o seu vínculo institucional acabava por impor esta condicionalidade, bem como, a falta de um projeto profissional crítico.

Como a atuação dos assistentes sociais no interior do Poder Judiciário e da categoria como um todo, foram se desenvolvendo formas de romper com as práticas conservadoras da profissão, tentativas de ruptura esta que foram sendo discutidas na transição da década de 1970 à 1980 e é neste processo de crítica ao conservadorismo que se encontram as raízes de um novo projeto profissional.

2.1.2 A inserção do Serviço Social no Poder Judiciário Catarinense

A inserção do Serviço Social no Poder Judiciário catarinense, mais precisamente no Fórum de Justiça da Capital do Estado de Santa Catarina deu-se em 1972, na Vara de Menores e em 1981 na Vara de Família, nesses espaços o assistente social encontrava-se como auxiliar do magistrado, esta condição permanece atualmente.

Com relação ao Serviço Social forense da capital do Estado de Santa Catarina observa-se que houve uma evolução no que diz respeito a qualificação da prática profissional, que tinham no início de sua implantação apenas informar a autoridade judiciária da situação do usuário de maneira bem superficial, sem um olhar crítico, sendo atualmente uma profissão responsável pelo auxílio à autoridade judiciária por meio da perícia social, bem como, sua atuação na função de coordenar os serviços do setor, prestar atendimento no plantão social entre outras funções.

Com relação à legitimação do Serviço Social no Judiciário, temos como um mecanismo que propicia a legitimidade da prática do assistente social forense dentro da própria instituição. O Novo Código de Divisão e Organização Judiciárias é tido como esse mecanismo de legitimação, onde o cargo de assistente social forense tem como principais atribuições: desenvolver trabalho técnico de perícia social em processos mediante determinação judicial, atender a demanda social nas questões sócio-jurídicas por meio do plantão social que atende as mais variadas demandas, através de trabalhos de orientação, mediação, prevenção, contribuir para a articulação do Poder Judiciário com as demais Instituições que desenvolvam programas e projetos na área social e por fim, gerenciar o Setor de Serviço Social, bem como, elaborar e executar programas com utilização do instrumental

adequado ao contexto sócio-jurídico visando atender as determinações judiciais relativas à prática do Serviço Social. No entanto, não queremos colocar que estas atribuições são suficientes para uma prática diferenciada, o que estamos colocando é a legitimidade que o Serviço Social conquistou dentro da instituição judiciária, que reconhece o trabalho do assistente social como legítimo pela elaboração e inserção das atribuições do Serviço Social no Novo Código de Divisão e Organização Judiciária.

A partir deste entendimento acerca da trajetória histórica e institucional do Serviço Social no Fórum de Justiça de Florianópolis e sua inserção enquanto profissão no Poder Judiciário buscamos demonstrar dois pontos de vista que os operadores do direito apresentam em relação a prática profissional do assistente social inserido no interior da instituição judiciária.

Atualmente os profissionais de Serviço Social, são considerados no interior desta instituição pelos operadores do Direito de duas maneiras bem distintas. A primeira visão de alguns operadores do direito, muitas vezes trata-se de uma visão reducionista da profissão, tem-se o entendimento de que o Serviço Social é a “menina dos olhos” do juiz e que só serve pra relatar os conflitos advindos dos processos judiciais. A segunda visão que outros operadores do direito têm, trata-se de uma visão mais ampla do trabalho do assistente social na instituição judiciária, onde muitas vezes o assistente social é visto como um profissional qualificado a ponto de serem capazes de responder criticamente e criativamente aos dilemas postos pela significativa transformação social, mostrando possíveis respostas às situações a partir de uma leitura aprofundada e crítica da realidade dos usuários que procuram o poder judiciário para resolverem seus conflitos, destacando-os no instrumental próprio da profissão, o estudo social, que resulta em um parecer social que tem como utilidade embasar a decisão judicial.

No entanto, como há essa dupla perspectiva com relação a prática profissional do assistente social, torna-se relevante refletirmos sobre essas visões, pois se há um entendimento por parte dos operadores do direito de que o assistente social trata apenas de um relator de situação conflituosa sem uma preocupação em se transformar a realidade é porque a prática de alguns assistentes sociais podem efetivamente estar causando tal impressão. Esta visão pode ser pautada também no preconceito dos operadores do direito com relação ao Serviço Social, por este se tratar de uma profissão relativamente nova no trato com as questões judiciais, haja vista que o Serviço Social só foi incorporado por esta instituição há trinta e sete anos.

Logo, a partir do que vimos anteriormente, é importante ressaltar que cabe ao profissional de Serviço Social, voltar o seu exercício profissional sempre em conformidade com a Lei 8.662/93, de 7/6/93, que regulamenta a profissão, e a Resolução nº. 273/93, de 13/3/93, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Código de Ética) e ainda sob os preceitos do projeto Ético Político do Serviço Social.

É intensa a discussão entre os próprios profissionais no que tange a direção ética e política do Serviço Social, primeiramente porque este projeto pretende ser hegemônico, porém este não é homogêneo, há divergências políticas entre os profissionais, no entanto há uma direção intelectual, no que diz respeito a postura profissional. O Serviço Social está inscrito na divisão social e técnica do trabalho e cumpre uma função sócio-institucional na reprodução da força de trabalho.

Segundo Faleiros

O Serviço Social não é uma profissão liberal. O próprio desenvolvimento do capitalismo vem levando o assistente social a incorporar-se em diversas tarefas como assalariado. A condição de trabalho do assistente social é de assalariado. Esta realidade concreta levou-o a questionar-se sobre a compra e venda de sua força de trabalho, de sua utilidade para o capital, de sua produtividade e improdutividade (FALEIROS, 1991 p. 19).

O Serviço Social inserido no judiciário não dispõe de um caráter autônomo no desenvolvimento de sua prática profissional e ainda se insere num contexto contraditório, onde ele se coloca e desenvolve a sua prática profissional entre o caráter normativo do aparelho judiciário e sua atuação que visa resgatar a luta pelos direitos sociais. Tal contexto contraditório diz respeito ao espaço institucional apresentar mecanismos que impedem a autonomia da prática profissional do assistente social, podemos citar a burocracia pautada na hierarquização do poder, bem como, nas normas burocráticas impostas pela instituição, de certa forma a profissão dispõe uma utilidade para o capital.

Conforme Faleiros

O Serviço social se inscreve num contexto institucional permeado de conflitos, de lutas, de jogos de poder e recursos, o que sempre variam de acordo com a perspectiva teórica e ideológica de seus atores, assim como das relações de poder das instituições. (FALEIROS. 2001, p.17.)

O que devemos entender como principal a se buscar enquanto assistente social é a reconstrução dos objetivos junto à instituição, onde se tenha a clareza do que são objetivos institucionais e o que são objetivos profissionais com base no projeto Ético Político da profissão. Uma outra questão com relação a um dos preceitos dos Códigos que regulamentam e normatizam a profissão, trata-se do reconhecimento da liberdade como valor ético e das demandas políticas a ela inerentes, como autonomia, emancipação e plena cidadania dos sujeitos sociais.

É neste campo de conflitos de classes, presentes nas relações entre Estado e Poder Judiciário que a presente pesquisa busca entender a prática profissional dos assistentes sociais do Fórum de Justiça de Florianópolis, se na intervenção junto aos processos de interdição civil, o Serviço Social é capaz de desenvolver enquanto atividade profissional a garantia de direitos dos sujeitos envolvidos nos processos de interdição, implicando na emancipação desses sujeitos sociais.

Partiremos para o terceiro capítulo a fim de entender melhor o que é o instituto da interdição civil e a relação do Serviço Social com este instituto.

3. DO QUE TRATA O INSTITUTO DA INTERDIÇÃO CIVIL

Segundo Caio Mário da Silva Pereira (1979) o Código Civil estabelece que estão sujeitos à curatela² aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil; aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade; os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos; os excepcionais sem completo desenvolvimento mental; os pródigos (art. 1.767).

Os destituídos do necessário discernimento para a prática de atos da vida civil, assim como os que não podem exprimir sua vontade, são absolutamente incapazes (art. 3º). A incapacidade dos demais pode ser absoluta ou relativa, conforme o decreto de interdição (art. 9º, III). O artigo 1.772 do Código Civil prescreve: “Pronunciada a interdição das pessoas a que se referem os incisos III e IV do art. 1.767, o juiz assinará, segundo o estado ou o desenvolvimento mental do interdito, os limites da curatela, que poderão circunscrever-se às restrições constantes do art. 1.782”, onde pode-se definir a curatela como o “encargo cometido a alguém, para dirigir a pessoa e administrar os bens de maiores incapazes” (Pereira, 1979: 15)

Para proporcionar maior clareza ao leitor no que tange a interdição civil utilizarei o conceito de Zarias (2005) para o entendimento desta categoria.

A interdição é um mecanismo legal de natureza civil, que pertence a área do direito de família, mediante o qual, por meio de um processo jurídico, procura-se nomear alguém para que possa administrar os bens e a pessoa, ou somente os bens, de quem não mais possa fazê-lo por si (ZARIAS, 2005 p. 24).

² A curatela é "o encargo público cometido, por lei, a alguém para reger e defender uma pessoa e administrar os bens de maiores incapazes, que, por si sós, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou deficiência mental". DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. São Paulo, Saraiva, 2002. pg 1149

Participam deste processo jurídico o **requerente ou futuro curador** - aquele que solicita a interdição de alguém por meio de processo judicial, que segundo o Novo Código Civil Brasileiro de 2002, diz respeito aos pais ou aos tutores, aos cônjuges ou qualquer parente ou ainda pelo Ministério Público, o **requerido** ou interditando que o segundo o Novo Código Civil trata-se daqueles que , por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil, como caracteriza o Código , os deficientes mentais, os ébrios habituais (alcoolistas) e os viciados em tóxicos, bem como, os excepcionais sem completo desenvolvimento mental e os pródigos.

Fazem parte deste processo também o **advogado**, que irá propor a Ação perante o judiciário a pedido do requerente, o **perito médico** que será nomeado pela autoridade judiciária para auxiliá-lo na decisão diagnosticando a “doença” do eventual interditando ou a falta desta, o **perito em Serviço Social** que realizará estudo social emitindo um parecer social para basear a decisão da autoridade judiciária e por fim - o **juiz**- que sentenciará se a pessoa é incapaz civilmente ou não.

No que diz respeito a atuação em si do assistente social nos processos de interdição civil entendemos que a profissão se utiliza de instrumentais próprios como entrevista, visita domiciliar, visita institucional, contato com colaterais ou terceiros em virtude da elaboração do Estudo Social para que se emita o parecer social que trata-se de um instrumento que auxilia a decisão judicial. O Estudo Social dispõe de caráter metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos, familiares e culturais. No entanto, podemos compreender a necessidade da elaboração de estudo social nos processos de interdição civil que visa da embasamento à decisão da autoridade judiciária .

Segundo Regina Célia Tamasso Miotto:

O estudo social é o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar (MIOTO, 2001 p.32).

É importante lembrar que o estudo/intervenção profissional do Assistente Social não se apresenta como suficiente para o conhecimento global dos sujeitos. É preciso não

ignorar a ausência do Estado na proposta e na implementação de políticas e programas sociais o que, geralmente, dificulta, sobrecarrega e limita o cotidiano de trabalho .

Porém as situações que aparecem nos processos de interdição civil, são extremamente complexas, pois muitas vezes o interditando não dispõe de discernimento ou não dispõe de condições físicas e mentais para dialogar com o assistente social, a fim de que este possa identificar a sua vontade e lhe viabilizar seus direitos integralmente. Entendemos que a atuação do profissional de Serviço Social pode viabilizar os direitos destes usuários, bem como, os direitos de seus familiares ou atenuar o conflito a partir de que caráter que damos a nossa prática.

No entanto, devemos buscar sempre nos orientarmos pelo projeto Ético Político da profissão para buscar uma prática que prime pela liberdade e emancipação humana. Este é o desafio constante que tem sido colocado aos assistentes sociais, que instiga a buscar uma formação continuada.

3.1 PROCESSO HISTÓRICO A QUAL A INTERDIÇÃO CIVIL PASSOU ATÉ OS DIAS ATUAIS.

O advento do instituto da Interdição deu-se como tantos outros institutos pelo direito romano. A Lei das XII Tábuas já estabelecia normas sobre a incapacidade de portadores de doença mental, surdez e invalidades permanentes, além de prodigalidade³.

Segundo Andrichi (2005, p.03), o modelo adotado durante a Idade Média continua seguindo o modelo romano, no entanto, o instituto da interdição civil se desenvolveu de forma independente nos diversos países. Em algum deles, a questão é tratada de maneira mais minuciosa pela Lei, no caso do período inquisitório algumas normas perderam a sua validade com relação ao instituto da interdição civil. Outros países neste mesmo período

³ Para os que não estão familiarizados com a linguagem jurídica, esclareço que a prodigalidade é manifestação de um comportamento caracterizado por despesas insensatas, inúteis, dispensáveis e negócios ruins, implicando o comprometimento imoderado do patrimônio da pessoa.

apresentavam um trato mais genérico sobre o instituto da interdição civil. O que se torna importante ressaltar é que, no transcorrer do século XX, o aumento da consciência mundial a respeito da importância da manutenção da dignidade da pessoa humana, levou a comunidade jurídica a novas reflexões a respeito deste instituto.

No Brasil, o instituto da interdição civil apresenta ainda algumas características do modelo romano, porém houve avanços em alguns aspectos, faremos então um estudo comparativo acerca desta categoria para visualizarmos melhor como a atuação dos operadores do direito evoluiu no trato com a questão. Procuraremos então, realizar uma análise comparativa acerca da interdição civil com base no Código Civil Brasileiro de 1916 e o Novo Código Civil Brasileiro de 2002 que entrou em vigor apenas em 2003.

No Novo Código Civil a norma referente a interdição civil encontra-se disposta mais sistematicamente organizada, bem como, houve um aprimoramento no que tange a redação do texto legal.

Com relação à organização sistemática podemos observar que no primeiro artigo da Lei do Novo Código verifica-se a inclusão no rol dos sujeitos à curatela das “pessoas que por uma causa duradoura não puderem exprimir a sua vontade” a exemplo disto temos o caso das pessoas portadoras Acidente Vascular Cerebral, ou de outro quadro neurológico grave, enfarte do miocárdio, estado de coma, etc. trata ainda, dos “ébrio habituais” e os “viciados em tóxicos” situação freqüente de nossa sociedade contemporânea.

No que consiste ao aprimoramento do texto legal temos o banimento da expressão “loucos de todo o gênero” expressão posta no Código Civil de 1916, neste caso foi reconhecido pelo legislador que esta expressão não era apropriada, causava impacto negativo a quem lia, e gerava inúmeras interpretações. No entanto, foi inserida no Novo Código uma linguagem mais técnica.

A expressão “loucos de todo gênero” se fez presente durante muito tempo na norma legal até 2003, pois as doenças não eram classificadas por graus de intensidade.

Atualmente, pelo Novo Código tal expressão caiu por terra, pois a pessoa portadora de doença mental leve pode apresentar períodos de lucidez, assim como os ébrio habituais e os viciados em tóxicos, que após o período de tratamento podem estar totalmente aptos a responderem civilmente pelos seus atos perante a vida em sociedade.

Segundo Maria Bernadete de Moraes Medeiros

A simples existência de transtorno ou doença mental não significa, obrigatoriamente, que é totalmente impossível haver compreensão do ato, do lícito, do ilícito, das conseqüências, enfim, não é suficiente para determinar, invariavelmente, a incapacidade civil absoluta, como se considerava antes, através dos chamados loucos de todo gênero.” Com essa possibilidade de se distinguir graus de discernimento e graus para enfermidades é que se tornou viável legalmente o juiz impor limites a curatela como prevê o Novo Código Civil (MEDEIROS, 2007 p. 98).

Houve um aprimoramento na redação dos textos, com linguagem mais técnica e atualizada. O caráter genérico “loucos” que predominava foi excluído dando-se melhor conotação ao texto da lei. As novas espécies de curatela instituídas, de forma mais abrangente, tem como objetivo a proteção do interesse das pessoas e bens do curatelado e de sua família.

No entanto, é importante ressaltar que com o advento do Novo Código Civil (2002), diferentemente do Código Civil de 1916 abre-se a possibilidade de se distinguir graus para as enfermidades mentais no que tange ao discernimento desses sujeitos, ou melhor, dizendo, cabe ao médico perito, aquele nomeado pela autoridade judiciária, quem irá constatar oficialmente se o sujeito está ou não doente, se tem ou não discernimento para os atos da vida civil.

A incapacidade dos demais pode ser absoluta ou relativa, conforme o decreto de interdição (art. 9º, III). O artigo 1.772 do Código Civil prescreve: “Pronunciada a interdição das pessoas a que se referem os incisos III e IV do art. 1.767, o juiz assinará, segundo o estado ou o desenvolvimento mental do interdito, os limites da curatela, que poderão circunscrever-se às restrições constantes do art. 1.782” (BRASIL, 2003, p. 1708)

Partindo do que foi anteriormente citado, entendemos que a incapacidade do indivíduo preexiste ao ato judicial. Não é a sentença do processo de interdição civil que declarará uma pessoa enferma psiquicamente, ou ébria habitual ou ainda viciada em tóxicos, enfim a impossibilidade do indivíduo de exercer de forma autônoma seus direitos e suas obrigações não será definida pela interdição civil, pelo contrário é essa impossibilidade de exercer seus direitos e obrigações é que irá gerar o processo de interdição civil.

A respeito do Novo Código Civil Brasileiro, entendemos que este ainda é obsoleto, realmente devemos admitir que o Direito de fato não acompanha as transformações sociais com a mesma rapidez com que essa se processa, porém no que tange à interdição civil podemos entender que houve um grande avanço e uma grande preocupação em rever a norma para que esta impedisse a banalização deste tipo de processo.

A banalização da interdição civil muitas vezes dá-se pelo seu ingresso contra a pessoa supostamente incapaz de gerir a própria vida em função de interesses financeiros, isto é, percebe-se que algumas motivações por parte do autor da ação trata-se de preservar apenas o interesse privado, pessoal ou familiar.

Medeiros ressalta em sua obra interdição civil: proteção ou exclusão social uma passagem do autor Assis Brasil (1997) que relata uma situação entre dois médicos peritos.

– Absurda é essa interdição contra um homem apenas porque ele perturba a paz alheia. No fundo o que representa esse processo (interdição) senão um interesse econômico por parte da mulher, e um interesse moral por parte da sociedade? E se formos pensar em loucura o que você me diz da mulher subindo a ladeira enrolada em um lençol, gritando feito doida? Porque não a interditam também? Respondo: porque não possui bens nenhum. (Assis Brasil, 1997 p.205).

Evidenciamos muitas vezes a família procura um profissional de saúde (médico), de confiança da família para diagnosticar a doença do interditando. No entanto, quando efetiva-se a ação judicial, a autoridade judiciária nomeia um médico perito para avaliar a situação, encontramos aí outro fator para a banalização dos processos de interdição civil, pois no que tange o diagnóstico, mesmo sendo um ganho do Novo Código, muitos médicos peritos não informam o grau de intensidade da doença, tornando forçosamente, em caso de constatação da doença, a interdição em regime total. Se a sentença proferida pela autoridade judiciária tratar-se de interdição total e a intensidade da doença for caso de interdição parcial ou relativa, o que se efetiva na prática é eliminação dos direitos civis e políticos deste sujeito interditando. Logo se houvesse esta distinção pelo médico perito e que este informasse ao juiz conseqüentemente, haveria a probabilidade do juiz decretar a sentença como interdição parcial ou relativa, onde na prática o que se efetivaria seria a garantia da autonomia deste sujeito, pois este certamente poderia administrar o seu patrimônio, garantindo também a manutenção das capacidades civis e políticas, onde certamente seriam impostas algumas limitações, mas não uma restrição total dos direitos deste indivíduo.

Com relação a atuação da medicina nos processos de interdição civil podemos refletir melhor. Para Eliot Freidson apud Zarias (2005,p.45) que pesquisou diversos conceitos percebeu que os diversos entendimentos acerca do quesito doença, o ponto em comum consiste como sendo “a doença é um tipo de desvio de um conjunto de normas representando saúde ou normalidade” (ZARIAS 2005,p.45). Podemos entender que se trata de um ponto comum extremamente subjetivo.

Na presente pesquisa o conceito de doença irá se manifestar de duas maneiras a primeira a categoria doença entendida no plano biofísico (objetivamente diagnosticada através de exames específicos) e a “doença” no plano subjetivo, diagnosticada por meio do comportamento, onde este pode ser identificado como desvio ou quebra de determinada regra ou norma social.

Nos processos de interdição, o entendimento acerca desta categoria é muito amplo, as doenças podem deixar o plano biológico e assumirem o plano social. Com relação a doença assumir o plano social estamos tratando aqui de doenças tidas como desvio de conduta, em sua maioria doenças mentais. A atuação do Serviço Social em relação a esta categoria vem evoluindo com o passar dos tempos em função do amplo movimento em se ter uma nova perspectiva no que tange ao quesito saúde mental. Com o advento da Reforma Sanitária e Psiquiátrica foi-se construindo uma nova maneira de se ver o portador de transtorno mental e o Serviço Social de certa forma foi admitindo esta nova perspectiva de ver o sujeito a partir de suas potencialidades.

Todo o processo de interdição dependerá na maioria das vezes da opinião especializada de um perito médico nomeado pelo juiz para auxiliar a sua decisão sobre a vida do interditado, logo irá depender do entendimento que o perito tem com relação a doença mental isto é, depende qual a visão que o médico aplicará em sua prática profissional. Como afirma Freidson (1971)

“faz parte da existência de uma profissão o poder oficial que lhe é concedido para definir e, portanto produzir os limites problemáticos referentes ao comportamento social: o juiz determina o que é legal e quem é culpado; o padre o que é sagrado e quem é profano; o médico o que é normal e quem está doente” (Freidson, 1971, p. 206)

Podemos entender que dependendo da visão do perito médico e do juiz acerca da categoria doença é que processara a rotulação e estigmatização dos sujeitos no processo judicial, primeiramente porque se o perito médico não informa a autoridade judiciária o grau

de comprometimento do interditando para os atos da vida civil, o juiz certamente decretará a interdição absoluta desse sujeito fazendo com que a instituição judiciária exerça socialmente o seu domínio sobre o indivíduo por esta impor que este sujeito estará impossibilitado de gozar de seus direitos civis, políticos e sociais de maneira autônoma em função da sentença de interdição.

O Serviço Social também é capaz de auxiliar a decisão judicial, no entanto, se esses profissionais ainda apresentam uma visão equivocada em relação aos portadores de transtorno mental, poderá sim comprometer a plena cidadania deste sujeito, portanto não é uma questão menor.

4. PROCESSOS DE INTERDIÇÃO CIVIL: PERFIL DOS INTERDITANDOS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Nos processos de interdição advindos da 1ª Vara de Família da Comarca de Florianópolis, podemos perceber que a autoridade judiciária solicita o saber profissional do assistente social no que tange a uma leitura crítica e detalhada da realidade dos indivíduos envolvidos nestes processos, a fim de lhe proporcionar um embasamento sólido quanto a decisão final do processo. Quando os juízes encaminham uma Ação para o Serviço Social, eles aguardam uma prática voltada para intervenção na realidade social do usuário através do instrumental próprio da profissão, neste caso, o estudo social, a fim de emitir um parecer social contribuindo assim para uma melhor resolução do conflito.

Os Juízes têm o poder de decidir, os Promotores e Advogados o de questionar as decisões judiciais, e os assistentes sociais tem o poder de conhecer da forma mais completa possível todas as dimensões da situação que vai ser decidida judicialmente. (Apostila – Curso de Treinamento inicial para Assistente Social –(TJ/RJ. 1997 p.08).

No ano de 2008 foram encaminhados ao Setor de Serviço Social 22 processos de interdição a fim de se realizar estudos sociais. No entanto, em virtude de falecimento de algumas partes envolvidas nos processos de interdição civil, em sua grande maioria os próprios interditandos⁴, nossa amostragem se reduziu a 14 estudos sociais efetivados no ano de 2008. A escolha deste ano foi realizada em função da realização do período de estágio obrigatório e neste período, houve por parte da estagiária uma substancial aproximação com os processos de interdição civil, a qual foi retirada a respectiva amostragem.

Para tanto, neste capítulo temos como principal objetivo traçar um perfil dos interditandos, bem como, analisar as demandas advindas do resultado dos estudos sociais, relacionando principalmente com a atuação do Serviço Social nessas questões.

⁴ São denominados interditandos, pois no processo de interdição civil não se encontra concluso, não havendo a sentença judicial proferida pela autoridade judiciária. Quando o processo já se encontra concluso o termo utilizado é interdito ou interditado.

Tabela 01- Do Estado Civil dos Interditandos

ESTADO CIVIL DOS INTERDITANDOS	INCIDÊNCIA	PERCENTAGEM
Solteiro	02	14,29%
Casado	05	35,71%
Viuvo	06	42,86%
Separado judicialmente	01	7,14%
União Estável	00	0,00%
Divorciado	00	0,00%
Total	14	100%

Fonte: Estudos Sociais realizados nos processos de interdição civil no ano de 2008. Elaboração: A.S Arlete Maria Milanez e estagiária Flaviana Teixeira .

Percebe-se que a maioria dos processos de interdição civil no que se refere ao estado civil à maioria dos interditandos encontra-se na condição de viuvez.

Tal constatação é fruto das condições que a modernidade acabou por impor na vida das pessoas novas determinantes que afetam a vida social. O que podemos perceber é que todas as pessoas que neste caso perderam seus cônjuges são do gênero feminino, muitas destas informaram no decorrer da realização dos estudos sociais que seus parceiros faleceram de doenças cardiovasculares.

Como ao longo da realização dos estudos sociais fomos percebendo esta questão, procuramos então nos ater a causalidade deste fator pela ótica das viúvas, onde em sua grande maioria as viúvas atribuíram a morte de seus companheiros ao sedentarismo e depressão que se tornou evidente com o processo de aposentadoria dos parceiros. Muitos dos companheiros passaram por processo de entristecimento com o fim de suas carreiras profissionais, onde eles não mais se sentiam úteis e ativos em função da aposentadoria.

Segundo o jornal a Folha de São Paulo, (CANTANHÊDE,2006) foi divulgado em 2006, pelo Ministério da Saúde um estudo que mostra que as doenças da modernidade são as que mais matam no País. Em 1º lugar estão as doenças do aparelho circulatório, seguidas

pelos vários tipos de câncer e pelas mortes por causas externas. O estudo aponta que, em 2005, quase metade dos brasileiros, 41,2%, morreram prematuramente, ou seja, antes de alcançar os 60 anos.

De acordo com os dados do relatório Saúde Brasil 2006, a maioria das doenças está ligada à má alimentação, consumo excessivo de álcool, tabagismo, ao sedentarismo, a depressão, e falta de atividade física, que potencializam as doenças do coração. Somente em 2005, 283.927 pessoas perderam a vida por problemas do aparelho circulatório, o que corresponde a 32,2%.

O que durante a realização da pesquisa se percebeu foi que em sua grande maioria os homens aposentados desencadearam depressão em função da perda de sua vida laboral. Este estudo constatou que considerando as causas específicas, o Acidente Vascular Cerebral (AVC) é o que mais mata. Em 2005, foram mais de 90 mil. O número representa 31,7% das mortes decorrentes de problemas circulatórios e 10% do total de óbitos no País.

Segundo o Ministério da Saúde, embora a população feminina seja maior que a masculina, são os homens que morrem mais. Em 2005, eles representaram 57,8% do total de mortes. As principais causas de morte entre os homens de 15 a 59 anos de idade, de 1980 a 2005, foram doenças do sistema circulatório (cardiovascular, isquêmicas e cerebrovasculares), causas externas (homicídios e acidentes de transporte) e as neoplasias (cânceres de traquéia, brônquio, pulmão, próstata e estômago).

Logo, a partir do exposto, entendemos que pouco suporte de fato é dado as pessoas em fase de aposentadoria, pouquíssimas são as empresas que preparam o trabalhador para a aposentadoria. Segundo Silva

As investigações mais avançadas em geriatria apontam o caráter geralmente nefasto de uma suspensão súbita do trabalho seguida de uma inatividade total e definitiva. Os inconvenientes, tanto sociológicos como médicos, de um trânsito brutal da vida ativa à inatividade, vêm sendo enumerados freqüentemente. Em síntese são: a) redução brutal da renda que impõe uma mudança considerável do modo de viver do segurado; b) sentimento de isolamento e inutilidade; c) decrepitude física e mental acelerada. (SILVA 2008:3)

Na verdade o que se processa na prática, como podemos evidenciar por meio das entrevistas e visitas domiciliares que compuseram os estudos sociais, é que o que há no

entendimento dos sujeitos aposentados segundo a visão das viúvas é que o trabalho, isto é a sua ausência trata-se de uma condição cerceadora do potencial realizador do homem na atual sociedade. A relação que o Estado tem com esse processo cerceador do potencial humano trata-se da maneira de como se realiza o processo de aposentadoria. Como já havíamos ressaltado anteriormente, não há uma preocupação por parte do Estado em se desenvolver um processo lento e gradual de aposentadoria, este processo se dá de maneira abrupta na vida dos aposentados.

O Poder Judiciário, através do Ministério Público ainda não se ateve a importância desse processo brusco de aposentadoria, os impactos que efetivamente são postos na vida desses sujeitos, pois de certa maneira também a sociedade não apresenta um hábito cultural de denunciar essas questões, primeiramente por muitas pessoas não receberem essas conseqüências do processo de aposentadoria e outras, como o caso das viúvas que percebem e, no entanto entendem isto como algo imutável.

Com relação a atuação do Serviço Social entendemos que a contribuição que se fez com relação a aproximação com esta problemática junto as viúvas, se processou de maneira a socializar as informações no que diz respeito a existir a possibilidade de mudança com relação ao processo de aposentadoria, através de alianças que podem vir a serem feitas com o movimento dos aposentados, de denunciar o fato ao Ministério Público, de tornar essas reivindicações individuais em coletivas.

Assim, de fato a sugestão apresentada por Silva (2008) a partir de seu estudo sobre a inatividade, trata-se de se aprofundar o debate nas instâncias legais a fim de se alcançar a Aposentadoria Parcial como uma opção à preparação para a retirada da vida ativa à inatividade como já se alcançou em alguns países europeus, esta aposentadoria parcial trata-se de um mecanismo legal que viabilize a permissão ao segurado empregado de retirar-se de forma gradual, reduzindo a sua jornada de trabalho, sendo que estes sujeitos receberia uma parte do seu salário e a outra seria coberta pelo Seguro Social até que ocorra a implementação da idade e da carência.

Tabela 02- Em relação ao Gênero dos Interditandos

GÊNERO DOS INTERDITANDOS	INCIDÊNCIA	PERCENTAGEM
Feminino	08	57.14%
Masculino	06	42,86%
Total	14	100%

Fonte: Estudos Sociais realizados nos processos de interdição civil no ano de 2008. Elaboração: A.S Arlete Maria Milanez e estagiária Flaviana Teixeira

Foi constatado que 57,14% dos interditandos são do gênero feminino e o que surpreendentemente apareceu na pesquisa trata-se do adoecimento das mulheres logo após a morte de seus companheiros.

Muitas destas mulheres não tinham mais ao seu lado o seu companheiro e nem na maioria dos casos os filhos coabitando, a insegurança e a sensação de abandono foram dados que interferiram sistematicamente no surgimento ou agravamento de enfermidades como por exemplo, demência senil e acidente vascular cerebral.

Segundo Medeiros (2007), quando o interditando consegue perceber-se incapacitado para o trabalho e permanecendo restrito ao espaço doméstico, tende a tornar-se um personagem “tido como um fardo”, pois na maioria dos casos os parentes próximos entendem que o interditando venha conturbar a sua vida laboral e cotidiana, isto é, a enfermidade muitas vezes é entendida como uma ameaça ao equilíbrio das relações familiares. O interditando passa muitas vezes de provedor a um sujeito vulnerabilizado frente à família, o sujeito enfermo passa de provedor e torna-se um consumidor a mais no grupo familiar.

Medeiros (2007, p.52) aponta que com relação ao ingresso da Ação de interdição civil o que antes da ação era um “problema” restrito ao âmbito familiar torna-se público com a atuação do Poder Judiciário, e esta intervenção trata-se de uma intervenção extremamente complexa pois irá certamente alterar a biografia do sujeito interditando, bem como interferirá na construção ou desconstrução da cidadania destes sujeitos dependendo da forma de como se processará a Ação de Interdição.

Em muitos casos ao interditando cabe a perda da identidade, ao se sentir , abandonado pela família e amigos, pela falta de autonomia de se auto gerir civilmente, pela perda do contato com o mundo exterior em função das seqüelas das doenças, que muitas vezes comprometem a locomoção e verbalização do indivíduo, pelo ócio forçado de ter que ficar acamado sem realizar nenhuma atividade, pela perda dos acontecimentos sociais onde o interditando muitas vezes é excluído da ocasião pela própria família. De outro lado, a família, que muitas vezes é onerada em função de ter sua rotina e estrutura extremamente alterada em função da enfermidade do interditando, perdendo também muitas vezes a sua autonomia, pela perda também da participação dos acontecimentos sociais em função dos cuidados que tem que prestar ao sujeito enfermo, pela alteração de sua condição financeira onde muitas vezes é a família que arca com os dispêndios referentes ao tratamento de saúde dos sujeitos interditandos.

No entanto, devemos entender que a realidade social é dinâmica, logo, a intervenção profissional nesses processos de interdição civil devem ser efetivados com muita cautela, como neste caso o adoecimento das viúvas perante a morte de seus companheiros, trata-se de uma realidade que deve ser entendida pela perspectiva da totalidade, ou seja, tratar a questão além do aparente, visando compreender como emergem as condições sociais para que posteriormente seja possível por parte do Serviço Social apresentar caminhos seguros para se intervir na realidade social.

No entanto, houve um esforço do Serviço Social em olhar a situação pela perspectiva da totalidade, não viabilizando apenas o direito dos interditando, mas sim da família de uma maneira geral, que também estavam tendo seus direitos violados, o direito a uma vida digna, onde se possa prover ao interditando uma melhor qualidade de vida.

Tabela 03- Das relações de trabalho dos Interditandos.

INTERDITANDO APOSENTADOS	INCIDÊNCIA	PERCENTAGEM
Aposentados contribuintes do INSS	03	21,42%
Pensionistas com fonte recebedora INSS	08	57,14%
Em processo de aposentadoria INSS	02	14,28%
Não contribuintes com a previdência social	01	7,14%
Total	14	100%

Fonte: Estudos Sociais realizados nos processos de interdição civil no ano de 2008. Elaboração: A.S Arlete Maria Milanez e estagiária Flaviana Teixeira

No que diz respeito a relação entre a questão de gênero dos interditandos e os rendimentos recebidos a título de aposentadoria na condição de pensionistas, destaca-se a incidência de 35,71% dos interditandos que encontram-se nesta condição são mulheres.

Na verdade essa grande incidência consiste no fato de essas mulheres recebem pensão em face de seus companheiros, onde estas na sua grande maioria são viúvas.

No entanto o que queremos destacar é a grande solicitação de ingressos de ações de interdição civil como um requisito essencial pelo Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, para que o pensionista possa receber o benefício por outra pessoa em função da sua condição de saúde.

Muitas vezes a pessoa que encontra-se incapacitada de receber sua pensão, muitas vezes encontra-se extremamente lúcida, porém, muitas vezes apenas com impossibilidade de locomoção. Assim o que poderia se resolver com o pedido de interdição parcial, isto é, nomear o interditando como incapaz apenas de receber o seu benefício junto a instituição previdenciária, a interdição se sentenciada interdição absoluta, promove neste caso um cerceamento dos demais direitos deste sujeito, tais como, direitos civis porque este não poderá mais contrair o matrimônio, não será mais responsável por seus filhos de menor idade, no âmbito político este sujeito estará impedido de votar, de participar de conselhos de direitos e por fim a supressão dos direitos sociais no que diz respeito a impossibilidade de reivindicar por exemplo por melhorias nas condições de saneamento básico, de moradia, de saúde e educação.

Enfim, o que a interdição absoluta pode causar se for o caso de decretar a interdição parcial ou relativa, neste caso o que certamente se evidencia como consequência é a desconstrução da cidadania deste sujeito interditando, bem como, com a banalização dos processos de interdição civil perante o Poder Judiciário, o que contribui substancialmente para a morosidade no trato processual em função da significativa demanda promovida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social no que diz respeito às solicitações de interdição civil para recebimento de benefícios e pensões como um requisito essencial.

Tabela 04- Perfil do Interditando referente à faixa etária

IDADE DOS INTERDITANDOS		
De 21 a 59	03	21,43%
De 60 á 90	10	71,43%
Não informado	01	07,14%
Total	14	100%

Fonte: Estudos Sociais realizados nos processos de interdição civil no ano de 2008.Elaboração: A.S Arlete Maria Milanez e estagiária Flaviana Teixeira

Destaca-se a incidência de maior número de idosos na condição de interditandos, onde a pesquisa revela que 71,43% destes apresentam idade entre 60 e 90 anos. Esta incidência é significativa, pois como veremos posteriormente que um número significativo de interdições advêm da questão da enfermidade – doenças relacionadas ao processo de envelhecimento , não que doenças como acidente vascular cerebral ou outras doenças degenerativas do sistema nervoso central sejam exclusivamente manifestadas na terceira idade, porém nos processos analisados estas doenças foram constatadas nos indivíduos entre esta faixa etária.

Com base nestes dados, a questão que se coloca, contudo, é a de como garantir a proteção e a autonomia destes idosos e ainda como podemos viabilizar condições capazes de

proporcionar o suporte econômico necessário à sobrevivência dos indivíduos que não dispõem de capacidade laborativa .

No que tange o suporte econômico, entendemos que as políticas públicas existentes que apresentam como público alvo o idoso encontram-se extremamente focalizadas e restritas, a exemplo disso, podemos refletir um pouco acerca do Benefício de Prestação Continuada – BPC que trata-se de um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna em favor dos idosos. No entanto, o que se processa na prática é uma política reducionista e imersa em critérios sócio econômicos como requisitos mínimos para que se tenha direito , principalmente ao BPC, pois o indivíduo deverá comprovar que possui sessenta e cinco anos de idade ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência e que a renda mensal familiar per capita seja inferior a um do salário mínimo vigente.

Fazendo uma reflexão acerca deste critérios, podemos delinear um perfil desses idosos de teriam por lei direito a este benefício que segundo a própria norma trata-se de um benefício que visa garantir condições mínimas para uma vida digna.

Como podemos perceber, o idoso, para receber este Benefício de Prestação Continuada não deve receber nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência e que a renda mensal familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente ou seja, que o idoso e as pessoas que coabitam o mesmo espaço, ou melhor , que moram sob o mesmo teto, recebam o valor de no máximo R\$ 116,25 (cento e dezesseis reais e vinte e cinco centavos). No entanto, a pergunta que se faz, será que uma família, ou até mesmo o próprio idoso conseguirá ter mínimas condições para uma vida digna com apenas um salário mínimo que atualmente está cotado em R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Como podemos pensar uma forma viabilizar condições capazes de proporcionar o suporte econômico necessário à sobrevivência dos indivíduos que não dispõem de capacidade laborativa se as políticas públicas direcionadas ao idoso tem um cunho excludente e reducionista.

Quando falamos em proporcionar o suporte econômico necessário à sobrevivência dos indivíduos que não dispõem de capacidade laborativa, é importante ressaltar que não estamos nos referindo ao reingresso do idoso no mercado de trabalho, até porque estamos falando de pessoas que estão neste momento impossibilitadas de responderem aos atos da vida civil por motivo de enfermidade.

A pergunta que fazemos com relação a esta questão é como garantir a proteção e a autonomia destes idosos e ainda como podemos viabilizar condições capazes de proporcionar o suporte econômico necessário a sobrevivência dos indivíduos que não dispõe de capacidade laborativa. Muitos desses sujeitos interditandos foram encaminhados à Secretaria de Desenvolvimento Social a fim de requererem o benefício denominado Renda Extra, dos seis casos enviados a esta Secretaria cinco atualmente recebem tal benefício.

Tabela 05- Dos rendimentos dos interditandos

**RENDIMENTOS MENSAIS DOS INTERDITANDOS INCIDÊNCIA PERCENTAGEM
COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE**

Até 1 salário mínimo	06	42,86%
De 2 a 5 salários mínimos	04	28,57%
Acima de 5 salários mínimos	04	28,57%
Total	14	100%

Fonte: Estudos Sociais realizados nos processos de interdição civil no ano de 2008. Elaboração: A.S Arlete Maria Milanez e estagiária Flaviana Teixeira

Constatamos que houve maior incidência de ingresso de ação de interdição civil onde a maioria, 42,86% dos interditandos, apresenta como rendimentos mensais um salário mínimo, compreendido atualmente sob o valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), tratando-se, portanto de sua maioria inserida na classe empobrecida com base nos critérios econômicos e sociais.

Sob este aspecto o que na prática podemos constatar é que na grande maioria dos casos há uma dificuldade por parte do curador em administrar estes rendimentos, este é um ponto a se discutir, em detrimento dos gastos mensais com saúde, alimentação, vestuário e lazer dos interditandos, pois se trata de um rendimento mensal que não supre as necessidades básicas dos interditandos em questão, muitas vezes a família contribui financeiramente para que se viabilize o tratamento do interditando. O significativo impacto sobre a renda familiar em função do tratamento do interditando reflete e gera muitas vezes novas demandas da família.

Novas expressões da questão social se manifestam no âmbito intrafamiliar, a exemplo disto podemos ressaltar como um desses reflexos, a busca por um segundo emprego por parte dos familiares para suprir os gastos mensais dos interditandos, bem como, da família, há também uma restrição do orçamento doméstico no que tange a educação, lazer, habitação em detrimento da garantia de tratamento adequado ao interditando, entre outros reflexos.

A atuação do Serviço Social nesse sentido trata-se de buscar apoio na rede de atendimento social, através dos Centros de Referência da Assistência Social, bem como, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social de Florianópolis, buscando formas de viabilizar os direitos dos interditandos no que diz respeito ao suporte econômico destes sujeitos, bem como, de sua família.

Para tanto, se faz pertinente enfatizar que a rede de atendimento social está buscando uma articulação, onde esta até o presente momento não é extremamente satisfatória. Há uma falta de articulação entre a rede de proteção social municipal, em função da implantação do Sistema Único de Assistência Social, que ainda não se traduziu com eficiência em virtude da estruturação do Sistema.

Em contraponto, o que podemos perceber na realidade dos sujeitos interditandos que recebem mensalmente rendimentos iguais ou acima de cinco salários mínimos, que atualmente correspondem numericamente a R\$ 2.325,00 (dois mil trezentos e vinte e cinco reais) tratando-se de uma amostragem significativa de 28,57% dos casos analisados em sua maioria os curadores correspondentes acabam por administrar inconvenientemente os rendimentos destes interditandos, o que na prática se efetiva é o uso dos rendimentos em favor de interesses pessoais em detrimento da garantia de qualidade de vida do interditando.

Para tanto, uma forma bastante utilizada pelos assistentes sociais atuantes neste tipo de processo trata-se da solicitação de prestação de contas semestralmente pelo curador perante o judiciário para que se possa garantir efetivamente a qualidade de vida do sujeito interditando restringindo assim os gastos em favor de terceiros.

Ressalta-se ainda a importância do estatuto do idoso nesse sentido, pois todo embasamento legal com relação aos dispêndios efetivados sob a lógica de interesses pessoais é realizado no parecer social emitido pelo assistente social, onde se tem maior relevância, pois o Estatuto do Idoso prevê sanção ao curador que mal administra os rendimentos dos interditandos.

A este respeito utilizamos a norma legal para que esta prática não fique impune garantindo assim a qualidade de vida dos sujeitos que não mais podem gerir a sua própria vida em virtude de enfermidades, doença mental entre outros.

O uso indiscriminado dos rendimentos dos sujeitos interditandos segundo o artigo 102 a 106 do Estatuto do Idoso que enfatiza o seguinte

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Relacionando as tabelas – Idade dos interditandos e a Tabela de rendimentos mensais dos interditandos, pudemos constatar que os sujeitos que recebem rendimentos mensais acima de cinco salários mínimos encontra-se na faixa etária compreendida entre 60 a 90 anos de idade. Logo, a importância do Estatuto do Idoso se faz presente no que consiste a prioridade que os idosos tem face ao Poder Judiciário no que diz respeito ao acesso à justiça onde está disposto no artigo

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e

procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

Esta norma trata-se de um feito extremamente relevante, pois com a morosidade do Poder Judiciário muitos processos acabam por se encerrar forçosamente em função do falecimento dos interditandos envolvidos, como podemos constatar com a análise dos estudos sociais realizados em 2008, oito destes processos não foram concluídos em função do falecimento de uma das partes.

O que se processa na prática muitas vezes é que o usuário idoso não tem clareza sobre seus direitos, ou ainda, os operadores do direito inclusive o Serviço Social que ou desconhecem ou não utilizam a norma legal no que diz respeito a prioridade em favor dos idosos com relação ao acesso à justiça.

Tabela 06 – Da relação dos interditandos com a Previdência Social

INTERDITANDO APOSENTADOS	INCIDÊNCIA	PERCENTAGEM
Aposentados contribuintes do INSS	03	21,43%
Pensionistas com fonte recebedora INSS	05	35,71%
Em processo de aposentadoria INSS	02	14,29%
Não contribuintes com a previdência social	04	28,57%
Dado não informado no Estudo Social	00	07,14%
Total	14	100%

Fonte: Estudos Sociais realizados nos processos de interdição civil no ano de 2008. Elaboração: A.S Arlete Maria Milanez e estagiária Flaviana Teixeira

Evidenciamos com a análise dos dados sobre a fonte dos rendimentos dos interditandos 57,14% dos interditandos apresentam como fonte pagadora de suas aposentadorias ou pensões o Instituto Nacional de Seguridade Social e que 14,29% estão com o processo de aposentadoria via esta instituição em tramitação.

Destaca-se que o INSS tem sido um agente motivador de inúmeros processos de interdição ao exigí-la como garantia da regularização do recebimento de benefícios (aposentadorias, pensões, benefício assistencial), quando seu fundamento é a incapacidade por doença mental ou enfermidade..

Com este advento da crescente solicitação de interdições civis realizadas pelo INSS desencadeou um movimento social em luta contra a banalização dos processos de interdição civil.

Com relação à banalização dos processos de interdição civil, podemos ressaltar a realização de um simpósio sobre a banalização desses processos de interdição civil em 2005, simpósio este, que teve como organizadores a Comissão de Direitos Humanos da OAB entre outras organizações da sociedade civil.

O fruto deste Simpósio foi a aprovação do Projeto de Lei 2.439/2007 do Deputado José Cardoso (Trata-se de Projeto de Lei que visa acrescentar os artigos 1.772-A e 1.772-B ao

Novo Código Civil com o intuito de dispor sobre a obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais deferidas com base em enfermidade ou deficiência mental).

Sustenta, o deputado que

Esta proposição, além de se contrapor à banalização das interdições judiciais presentes na realidade jurídica nacional, visa a restabelecer as dimensões da cidadania que foram violentamente suprimidas de milhares de brasileiros que tiveram contra si uma sentença de 'loucura' prolatada, sem que se cogitasse, como acertadamente estabelece a Constituição e o Código Civil atual, acerca das suas verdadeiras limitações ou sequer da possibilidade do eventual impedimento para o exercício dos atos da vida Civil em determinado momento não mais subsistir numa avaliação ou revisão posterior.

Devolver a condição cidadã para essas pessoas, é o principal objetivo da luta pela revisão periódica das interdições judiciais. Parafraseando o Deputado Cardoso em seu discurso proferido no simpósio "Reconhecemos a complexidade do processo de reavaliação das interdições, que exigirá esforços do Estado e das medidas de saúde mental, mas apostamos na possibilidade do movimento de transformação".

Portanto, devemos reconhecer que a importância desse Seminário, onde foi possível tornar visível que, incapacidade para a vida laboral ou para prover-se de forma independente e a impossibilidade de responder pelos atos da vida civil são incapacidades de natureza distintas isto é, uma pessoa pode ser considerada incapaz para prover-se de forma independente, fazendo, portanto, jus ao Benefício de Prestação Continuada, sem que necessite ser interditada medida radical de restrição de direitos.

O Serviço Social apresenta como desafio o enfrentamento da situação de banalização dos processos de interdição utilizando de sua função pedagógica, onde na sua atuação profissional nos processos de interdição civil o que se busca é a socialização de informações referente as reais condicionalidades e conseqüências da ação de interdição civil, já que o assistente social realiza um contato direto com o usuário.

Tabela 07- Dos motivos que levam à Ação de Interdição Civil

MOTIVO DA INTERDIÇÃO	INCIDÊNCIA	PERCENTAGEM
Enfermidade	08	57,14%
Portador de Deficiência Mental	05	35,71%
Ebriedade	01	07,14%
Dependente de Substâncias Psicoativas	00	00,00%
Pródigos	00	00,00%
Excepcionais sem completo desenvolvimento mental	00	00,00%
Total	14	100%

Fonte: Estudos Sociais realizados nos processos de interdição civil no ano de 2008. Elaboração: A.S Arlete Maria Milanez e estagiária Flaviana Teixeira

Destaca-se com maior incidência como agente motivador do ingresso da ação de interdição civil face o Poder Judiciário a questão da enfermidade, expressa sobre a amostragem 57,14% deste agente motivador. Seguidamente com 37,71% tem o agente motivador o sujeito portador de doença mental e por fim apenas 7,14% tem como agente motivador a ebriedade, neste caso, o alcoolismo.

É importante ressaltar que a questão da enfermidade, já discutida anteriormente sob a ótica da modernidade, onde esta trata-se de fator agravante no surgimento ou agravamento de doenças na vida dos sujeitos, que por meio dessa condição acaba por vezes onerando a vida dos familiares, no sentido de transformar as relações sociais no âmbito da família, bem como, esta condição acaba por gerar novas expressões da questão social.

Nesse sentido faz-se necessário enfatizarmos a contradição conceitual que existe entre Questão Social e a Nova Questão Social a partir dos estudos de Yamamoto para que obtenhamos uma clareza metodológica na análise destas circunstâncias.

Yamamoto toma como premissa a discussão acerca da questão social como objeto de trabalho do Serviço Social. A autora enfatiza a clareza que devemos dispor acerca deste objeto de trabalho do assistente social. É trazido pela autora uma abordagem do que venha a ser a “nova questão social”.

A autora afirma que não existe uma nova questão social e sim novas expressões da questão social, haja vista que não transcendemos a ordem social vigente, a capitalista, para que se possa ter uma nova questão social. A questão social continua sendo a contradição entre capital e trabalho.

No entanto, parafraseando a autora “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2004 p.17).

A autora irá apresentar mecanismos -armadilhas de como compreender a questão social, o que torna pertinente à presente pesquisa no que tange a visão do assistente social atuante nos processos de interdição civil.

Temos como primeira armadilha a individualização dos “problemas sociais” suprimindo o foco da totalidade, isto é, trata-se os problemas sociais como problema dos indivíduos responsabilizando-o pela situação em que se encontram e fragilizando a coletividade, podemos levantar a problemática em questão, como é o caso das novas expressões sociais provenientes da enfermidade de um dos membros da família. O Serviço Social deve dispor de clareza acerca de que se estiver culpabilizando os sujeitos envolvidos estará dispondo de uma prática com característica extremamente conservadora.

A segunda armadilha trata-se não entender o genérico sem levar em consideração as particularidades nem as particularidades sem levar em conta o genérico, isto é, o entendimento da questão social se processa de maneira dialética, como afirma a autora

A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderar suas expressões específicas, que desafiam a “pesquisa concreta de situações concretas” (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos etc.). (IAMAMOTO, 2004:18)

Logo foi a partir da intervenção na realidade social destes sujeitos, através da elaboração de estudos sociais, que pudemos constatar o surgimento de novas expressões da questão social no seio dessas famílias em função da questão da enfermidade de um de seus membros, que outrora não apresentavam tais expressões, sendo estas consequência da própria dinâmica social e não apenas intrafamiliar.

Com relação ao expressivo número de portadores de doença mental enquanto agente motivador do ingresso dos processos de interdição civil face o Poder Judiciário, que trata-se de 35,71% da amostragem, procuraremos compreender tal fenômeno partindo da análise do que vem a ser o portador de doença mental.

Para Eliot Freidson que pesquisou diversos conceitos de doença, percebeu que os diversos entendimentos acerca destes conceitos apresentam um ponto em comum no que diz respeito a “a doença é sendo tipo de desvio de um conjunto de normas representando saúde ou normalidade” (1971,p.45). Podemos entender que trata-se de um ponto comum extremamente subjetivo.

Na presente pesquisa o conceito de doença irá se manifestar de duas maneiras a primeira a categoria doença entendida no plano biofísico (objetivamente diagnosticada através de exames específicos) e a “doença” no plano subjetivo, diagnosticada por meio do comportamento, onde este pode ser identificado como desvio ou quebra de determinada regra ou norma social.

Nos processos de interdição, o entendimento acerca desta categoria é muito amplo, as doenças podem deixar o plano biológico e assumirem o plano social. Como por exemplo, um sujeito apresenta comportamento fora dos padrões sociais, é diagnosticado por um psiquiatra com esquizofrenia, para tanto, perante a sociedade muitas vezes a doença transcende o lado biológico e é entendido de forma equivocada apenas como um desvio de conduta social, no que diz respeito ao desvio de conduta padronizado sob o aspecto da normalidade, a sociedade muitas vezes entende o portador de doença mental como um indivíduo perigoso.

Nem sempre a família entende que este sujeito possa apresentar, enquanto medicado, períodos de lucidez, não compreendendo assim os reflexos da interdição civil sobre este sujeito, onde fatalmente pode acarretar para este sujeito interditando a supressão de sua cidadania plena.

Na realidade, o ingresso da ação de interdição civil irá depender muito da relação que a família estabelece com a doença mental, onde o que se constata muitas vezes que esta relação vai desde a perplexidade e negação, até seu reconhecimento e adoção das medidas pertinentes, medidas estas que deveriam ser tomadas em favor do sujeito portador de

deficiência mental no que tange a sua autonomia e valorização das suas possibilidades e potencialidades enquanto sujeito de direitos.

Logo, é a partir da ótica que se tem acerca dessa transição do plano biológico para o plano social da doença pela família, pelo perito médico e até pela sociedade, que muitas vezes a visão da autoridade judiciária é influenciada, resultando assim a sentença em favor da interdição civil equivocadamente, percebemos como equivocada porque se apresenta uma noção de *loucura* como desrazão, como algo perigoso a família e a sociedade, o que ocasionalmente na prática esta doença mental não oferece perigo algum.

Com o advento da Reforma Psiquiátrica, realizou-se um movimento que teve por finalidade fortalecer o sujeito portador de deficiência mental em busca da constante valorização de suas capacidades, bem como, na busca pelo desenvolvimento de suas potencialidades, na reinserção destes sujeitos a seu meio social como finalidade permanente do tratamento e por fim na preocupação constante com a preservação de seus direitos.

Conforme MEDEIROS

(...) tratar significa reconstrução de sentido, reinserção no corpo social, intercâmbio de novos papéis, transformação de como os doentes vivem e se relacionam com seu próprio sofrimento e, concretamente, transformação de suas vidas cotidianas. Em lugar da rotulação da incapacidade da pessoa, passa-se a estudar suas possibilidades para fortalecimento de suas capacidades (MEDEIROS, 2007, p. 97).

No entanto, o que Medeiros afirma é que deve-se buscar uma forma possível de manter estes sujeitos portadores de doença mental integrados a sociedade onde este possam desenvolver suas potencialidades e aproveitando suas capacidades.

A partir análise dos processos de interdição civil, percebe-se um campo extremamente complexo no âmbito relacional, no que diz respeito a questão de como as instituições exercem socialmente seu domínio sobre os indivíduos que se encontram impossibilitados de atuarem na gestão da vida civil.

No entanto o que podemos concluir em relação a doença mental e o processo judicial de interdição civil é que esta medida deveria ser considerada como último recurso, por ser uma solução fatal no que tange a restrição individual a direitos constitutivos da

cidadania, tornando-se, dessa forma, um mero objeto da rotina burocrática em que nem todos os atores (familiares, operadores da justiça e sociedade) têm plena consciência do que pode acarretar para a vida deste sujeito interditando.

Essas constatações nos levaram a crer que, uma vez consolidada a interdição sua reversão, é muito difícil.

Portanto, torna-se necessário que se avance culturalmente em relação à concepção de doença mental e às novas formas de seu tratamento que estas novas concepções apontadas pelo movimento da reforma psiquiátrica que advoga a favor do entendimento de que os sujeitos portadores de doença mental devem ser entendidos a partir de suas potencialidades de não a partir de suas limitações, o Serviço Social apresenta este desafio enquanto profissão, pois só assim o instituto da interdição civil se processará como um instrumento de proteção àquelas pessoas que estão impossibilitadas de responderem civilmente por seus atos e ainda de disporem de legitimidade na luta por seus direitos.

Por fim, o agente motivador ebriedade com 7,14% da amostragem. Torna-se interessante refletir acerca do alcoolismo por esta categoria se tratar de algo tão antigo, o uso do álcool é quase inerente a humanidade, podemos evidenciar isto a partir de relatos históricos, como a bíblia sagrada, as comemorações egípcias, romanas perpassando inclusive a história da medicina onde o álcool apresentava uso medicinal e era tido como um benefício à saúde porém não era um consenso.

Segundo Silveira (2006) com relação a esta discussão do uso medicinal do álcool, perdurou até o século XVII quando o médico sueco Magnuss Huss revelou o termo alcoolismo e seu uso crônico como doença.

No entanto a concepção histórica que o uso do álcool foi adquirindo elementos de moralidade como elemento agravante do comportamento humano que destoa da norma de convívio social, com o passar dos tempos o uso crônico do álcool foi tido como fraqueza moral, perda de controle.

Para tanto, o caso de alcoolismo evidenciado a partir das análises dos estudos sociais acerca dos processos de interdição civil aqui tratados, não apresentam um caráter descolado dessa realidade onde a ebriedade muitas vezes é tida não como doença do interditando, mas sim tida como um desvio moral e caracterizado pela fraqueza do indivíduo. Destacamos esse ponto pois a família em questão apresentava tal visão em relação ao alcoolismo.

O Serviço social neste caso em específico apresentou elementos onde se pode constatar que a presença desta doença por um sujeito afeta toda uma estrutura de convívio onde se atendeu questões de conflito familiar em virtude da doença do interditando, bem como, o surgimento de situações de conflito de natureza civil e criminal se for articular juridicamente.

Por ocasião, esta ação de interdição civil em especial, não teve andamento em função do assistente social não ter localizado este usuário após infrutíferas visitas domiciliares. No entanto, é importante ressaltar que a ação do Serviço Social neste sentido ficou comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscaremos responder o problema do presente estudo, que trata da atuação do Serviço Social nos processos de interdição civil, se este apresenta uma prática voltada para a garantia de direitos dos sujeitos diretamente voltada à emancipação desses sujeitos ou não, por meio da análise dos capítulos apresentados até então. É importante ressaltar que esta pesquisa tem como resultado uma autocrítica das atividades desenvolvidas no período de estágio, onde certamente foi supervisionado pela assistente social da 1ª Vara de Família da Comarca de Florianópolis.

No primeiro capítulo trouxemos uma breve contextualização acerca do Poder Judiciário brasileiro enfatizando as relações de poder, relações burocráticas e de desigualdade no que tange o acesso à justiça. Para tanto, concluímos que o Serviço Social está inserido em um contexto institucional permeado por essas relações e que tais relações burocráticas de caráter hierárquico refletem diretamente sobre a autonomia profissional do assistente social, pois a burocracia trata-se de um mecanismo de controle e dominação, conforme havíamos afirmado anteriormente, logo, por meio deste mecanismo é que o Serviço Social encontra-se subordinado diretamente ao magistrado, onde muitas vezes estes magistrados impõem limitações ao exercício do profissional do Serviço Social.

No capítulo seguinte abordamos a inserção do Serviço Social no Poder Judiciário brasileiro e catarinense e como se deu o processo de legitimação da profissão no interior desta instituição judiciária. Concluímos que o processo de legitimação da profissão se deu a partir de sua utilidade e necessidade do judiciário em comprar a força de trabalho do assistente social. No entanto, a importância do Serviço Social neste contexto institucional, parte necessariamente de como atuam os profissionais, pois a pesquisa trouxe duas perspectivas distintas de como é entendido o Serviço Social nesta instituição. De um lado o Serviço Social é visto como “a menina dos olhos do juiz”, isto é, como um mero relator de conflitos e de outro lado temos o Serviço Social visto como uma profissão essencial, no que diz respeito ao embasamento da decisão judicial por se tratar de um trabalho qualificado a ponto de ser capaz de responder criticamente e criativamente aos dilemas postos pela significativa transformação social.

Portanto, é a partir do caráter que o profissional dá a seu fazer profissional que irá determinar a visão que as demais profissões terão acerca do Serviço Social, logo, se o profissional desenvolver uma prática conservadora, certamente passará a imagem, de um trabalho sem relevância e efetividade, mas se o profissional dispor de uma prática consciente pautada no norte dado pelo projeto Ético Político da profissão, a imagem do Serviço Social será condizente com que a profissão almeja ser identificada.

No terceiro capítulo, trouxemos uma reflexão acerca da categoria interdição civil pautada na norma legal, inclusive fazendo um comparativo entre os Códigos Civis de 1916 e 2002 respectivamente. Para tanto, podemos concluir que houve alguns avanços relevantes no que diz respeito à lei que regulamenta o instituto da interdição civil, evidenciamos que tem se buscado uma forma mais organizada e prudente de se apresentar a lei, a expressão “loucos de todo o gênero” foi abolida do Novo Código por esta expressão dispor de um caráter estigmatizante aos sujeitos, bem como, implantou-se a possibilidade legal de se decretar a interdição parcial como sentença judicial, por meio da possibilidade dada ao perito médico de classificar as doenças por grau de intensidade. A partir desse critério tornou-se possível decretar a interdição parcial dos sujeitos quando for o caso de uma doença diagnosticada como de grau leve, resultando assim uma intervenção mais consciente, haja vista, que a interdição total interfere significativamente na biografia dos sujeitos em muitos casos até restringindo direitos.

Com relação à prática do Serviço Social a este respeito podemos concluir que após análise da amostragem de 22 processos utilizadas na presente pesquisa, pudemos destacar que em nenhum processo o perito médico classificou a doença por grau de intensidade em seu diagnóstico, tornando-se assim inviável a interdição parcial ou relativa.

Entretanto, o Serviço Social encontra-se impossibilitado de diagnosticar a doença ou a falta desta no caso desses sujeitos em questão, pois foge à sua competência profissional, cabendo este diagnóstico apenas ao médico perito. No entanto, o Serviço Social está frente a um desafio bastante relevante, onde o assistente social depara-se na realização do estudo social, que ao interditando cabe a interdição parcial e fica assim então impossibilitado de informar ao juiz, pois a profissão não pode exercer uma competência que não lhe cabe.

De maneira geral, reconhecemos a limitação das competências do Serviço Social, porém, como garantir os direitos desses sujeitos interditandos haja vista que a decisão não depende somente do assistente social? Acreditamos que com base nesta situação o Serviço Social não deve se omitir, deixamos então como sugestão que se busque uma articulação com

o perito médico informando essa possibilidade para que esclareça ao profissional de medicina que perante a lei é possível limitar a interdição civil ao caráter parcial ou relativo, para que não se processe na vida do interditando consequências relativas a perda de sua cidadania, pois entendemos que ao juiz cabe julgar, ao médico diagnosticar e ao assistente social intervir na realidade social a fim de viabilizar os direitos dos sujeitos, neste caso dos interditandos, sob a lógica da liberdade, da emancipação e da justiça social.

Por fim no último capítulo buscamos traçar um perfil dos interditandos, bem como, identificar o motivo do ingresso da ação de interdição face ao Poder Judiciário analisando simultaneamente a atuação do Serviço Social nesses casos.

Concluimos que o perfil dos interditandos trata-se de sujeitos em sua grande maioria viúvos (as), do gênero feminino, na condição de pensionistas, em sua maioria com idade entre 60 e 90 anos, onde 42,86% dessas recebem mensalmente o equivalente a um salário mínimo e 27,14% recebem mensalmente o equivalente a dois até mais de cinco salários mínimos, dessas quatorze pessoas pesquisadas oito dessas apresentaram como motivo do ingresso de interdição a enfermidade seguido de cinco sujeitos portadores de doença mental e apenas um sujeito sob a condição de ebriedade.

Com relação à problemática trazida, com base na análise dos dados da tabela 01, onde analisamos o estado civil dos interditandos, percebemos o surgimento ou agravamento de enfermidades em função dos impactos advindos do processo abrupto de aposentadoria, onde o trabalhador subitamente pára de trabalhar não sabendo como lidar com o tempo disponível, haja vista, que esses sujeitos não têm mais uma vida laboral sentindo-se a partir daí menos útil perante a sua família e a sociedade.

A atuação do Serviço Social a este respeito deu-se a partir da função pedagógica da profissão, a fim de desmistificar junto às viúvas que tal processo abrupto de aposentadoria não se tratava de algo imutável. Esclarecemos que existem outras formas de se aposentar sem que necessariamente este se dê de maneira repentina, explicamos que existe em outros países o modelo de aposentadoria parcial, onde se reduz o tempo de trabalho do trabalhador sendo este compensado pela seguridade social, indicamos ainda que é de fundamental importância tornar as causas individuais em coletivas, que inclusive, indicamos a inserção dessas viúvas no movimento dos aposentados em Florianópolis que visam lutar por melhores condições desta fase da vida do trabalhador - a aposentadoria. Para tanto, entendemos que esta demanda face o Serviço Social foi respondida de maneira a garantir o direito desses sujeitos, bem como, apresentou um caráter emancipatório.

Na Tabela 02 a problemática indicada trata-se da questão de gênero. As mulheres, neste caso, apresentam em sua maioria a condição de interditanda, pois com o falecimento de seus companheiros muitas dessas mulheres encontram-se inseguras e com sensação de abandono, segundo o relato das próprias que foram incluídos no estudo social.

O procedimento adotado pelo Serviço Social em muitos casos foi o encaminhamento da família do interditando ao Núcleo de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina que dispõe de atendimento gratuito à comunidade, o Serviço Social do Fórum de Justiça da Capital articulou a sua ação em parceria com o Núcleo onde três dos oito casos, estão sendo acompanhados pela equipe de psicologia para tratar a demanda da família com relação ao interditando, desmitificar que a enfermidade do sujeito interditando não deva ser encarada como um fardo pela família, melhorando sistematicamente a convivência intrafamiliar.

Concluimos que a atuação do Serviço Social apresentou um caráter emancipatório, no entanto, não viabilizou os direitos dos interditandos no que diz respeito a auxiliar os familiares a obter o direito a um suporte econômico para que se tornasse viável garantir o tratamento de saúde dos interditandos, ou ainda, viabilizar este direito ao tratamento de saúde via Sistema Único de Saúde. É importante ressaltar que a análise dos resultados advindos dos estudos sociais trata-se de uma autocrítica.

No que diz respeito à problemática trazida com os dados da tabela 03, sobre a solicitação de interdição civil pelo Instituto Nacional de Seguridade Social para que os sujeitos possam garantir o direito aos benefícios previdenciários. Entendemos esta ação do INSS como fator desencadeador de consequência na vida dos sujeitos, principalmente no que diz respeito à restrição de direitos das pessoas que são sentenciadas como absolutamente interditadas, se este for o caso de sentenciar como interdição parcial.

Com relação à atuação do Serviço Social frente a esta demanda não houve nenhuma articulação com o Instituto Nacional de Seguridade Social e algumas interdições foram sentenciadas absolutas e a atuação profissional desconhecia a possibilidade da interdição parcial. Logo, a prática do Serviço Social não alcançou o caráter emancipatório, nem a garantia de direitos dos sujeitos interditandos.

Em relação à análise dos dados da tabela 04, a problemática trazida trata-se das políticas públicas voltadas aos idosos, políticas estas caracterizadas pela focalização e restrição de direitos. No entanto, apesar desta realidade que atualmente vivemos,

subordinados a lógica neoliberal, concluímos que o Serviço Social em muitos desses casos conseguiu viabilizar os direitos desses sujeitos, articulando com a rede de proteção social do município de Florianópolis.

Na tabela seguinte, a problemática levantada diz respeito aos rendimentos recebidos pelos interditandos, onde o que se constatou pela análise dos dados consiste em de um lado, os interditandos que recebem até um salário mínimo como rendimento e as dificuldades da família em prover o sustento, as condições para uma boa saúde ao interditando, enfim proporcionar uma melhor qualidade de vida a este sujeito.

No entanto, com estes rendimentos fica extremamente inviável resguardar essas condições de vida ao interditando, o que desencadeia novas demandas e novas expressões da questão social no âmbito intrafamiliar.

De outro lado, temos muitos interditandos recebendo mais de cinco salários mínimos, onde a problemática consiste na má administração dos rendimentos do interditando pelo curador ou pela própria família.

No caso em que os interditandos recebem apenas um salário mínimo como rendimentos, o Serviço Social buscou garantir o direito desses sujeitos com o encaminhamento desses a rede de proteção social municipal buscando formas de viabilizar o suporte econômico a estas famílias. Enfatizando a função pedagógica do Serviço Social, deixando claro aos usuários que este suporte econômico traduzido por meio de benefícios não se trata de uma “ajuda” do Estado e sim de um direito conquistado.

Já na atuação do Serviço Social nos casos onde se constatou má administração dos rendimentos do interditandos por má fé ou interesse próprio, foi utilizado o mecanismo de prestação de contas semestrais da família, do curador em função do interditando. Com relação a má administração dos bens dos interditandos concluímos que tal prática não dispõe de caráter coercitivo ou policialesco, pois trata-se da utilização deste único mecanismo, que é a prestação de contas semestral dos dispêndios do interditando, a fim de coibir o mau uso dos rendimentos destes sujeitos.

A problemática referente a tabela 06 consiste na banalização dos processos de interdição civil perante o Poder Judiciário. Concluímos que o Serviço Social não pode estar alheio a estas discussões, pois se tratam de debates que irão refletir diretamente em sua prática profissional.

Por fim, a problemática trazida na tabela 07, diz respeito aos motivos que levam ao ingresso da ação de interdição civil perante o poder judiciário encontramos a categoria enfermidade, doença mental e ebriedade no trato do Serviço Social com todas essas categorias pudemos visualizar a importância da formação continuada dos profissionais de Serviço Social, pois esta profissão lida com as mais diversas demandas, logo, apresentando-se assim a necessidade de sempre estar atento as transformações condizentes a estas categorias, porque caso contrário se não tiver essa formação continuada a prática tende a ser padronizada e alienada, não garantindo direito algum e não promovendo a emancipação humana.

Portanto, de maneira geral, o que podemos concluir com o presente estudo é que a atuação do Serviço Social nos processos de interdição civil advindos da 1ª Vara de Família da Comarca de Florianópolis desenvolveu parcialmente uma prática voltada à garantia de direitos, bem como, uma prática voltada à emancipação dos sujeitos.

Os desafios impostos ao Serviço Social tratam-se primeiramente de ordem institucional, com as limitações impostas pelas relações de poder e burocráticas da instituição, e desafios de ordem profissional como, por exemplo, a necessidade de uma formação continuada, a necessidade de se ter uma prática voltada ao que preconiza o projeto Ético Político para que a profissão seja identificada como útil, necessária e eficaz em sua atuação perante a sociedade e os demais segmentos profissionais, por fim, o desafio de se envolver nas questões coletivas, isto é, na participação política nos espaços correspondentes a sua área profissional, como por exemplo, nos mecanismos de controle social como os Conselhos de Direitos, entre outros espaços.

RERÊNCIAS:

ANDRIGHI, Fátima Nancy. **Interdição e curatela.**

Disponível em <[http://bdjur.stj.br/jspui/bitstream/2011/1606/4/Interdi%C3%A7%C3%A3o curatela .pdf](http://bdjur.stj.br/jspui/bitstream/2011/1606/4/Interdi%C3%A7%C3%A3o%20curatela.pdf)> Acesso em 16 jun 2009.

AZEVEDO, Adriana Fonseca de **Serviço Social e Marxismo: uma discussão da problemática do indivíduo.** In: Serviço Social & Sociedade, Ano XIX, nº 57, São Paulo: Cortez, 1998.

BOAVENTURA, Bruno José Ricci. **Que venham os Conselhos Estaduais de Justiça.** In: Jus Navigandi Ano 9, n.º733, Teresina,2005.

BRASIL, Código Civil 2002. Associação dos Advogados de São Paulo. **Novo Código Civil Brasileiro.** Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, SP. AASP, 2003

CANTANHÊDE, Eliane **As doenças modernas que mais matam no país.** In: Folha de São Paulo 21 abr 2006

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado.** São Paulo, Saraiva, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula: **Saber Profissional e Poder Institucional,** Ed. Cortez, São Paulo/ SP, 1997.

_____. **Estratégias em Serviço Social.** 3 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FÁVERO, Eunice Teresinha, MELÃO, Magda Jorge Ribeiro. JORGE, Maria Tolosa. (Orgs). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social, Práticas Judiciárias, Poder: implantação e implementação do serviço social no Juizado de Menores de São Paulo**: São Paulo, Veras Editora, 1999.

_____. **Estudo Social: Fundamentos e particularidades de sua construção na área Judiciária**. In: O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. São Paulo : Cortez, 2003.

FARIA, José Eduardo: **Direito e Justiça: a Função Social do Judiciário**, Ed. Ática, São Paulo/ SP, 1989.

FIGUEIREDO, Isabela Ribeiro, FANAN, Mirian Tridico. **As Inovações do Instituto da Curatela no Novo Código Civil**. Ed. Ática, São Paulo/SP, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Questão Social, Família e Juventude: Desafios do trabalho do assistente social na área sócio jurídica In: SALES, Mione Apolinário. MATOS, Maurílio Castro de . LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Famílias e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. CARVALHO, Raul de . **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico**, 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 1995.

MAAR, Wolfgang Leo: **O que é política?** , Ed. Brasiliense, São Paulo/ SP, 2006.

MEDEIROS, Maria Bernadette de Moraes. **Interdição Civil: Proteção ou Exclusão ?**, São Paulo, Cortez, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo**. In: Serviço Social & Sociedade. Ano XXVI, nº 84. São Paulo, 2001.

MORAES, Guilherme Peña de . **Readequação Constitucional do Estado Moderno: Transformações do Conceito de Estado no Direito Constitucional no limiar do século XXI**, Lumis Juris, Rio de Janeiro RJ , 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós 64**. 6ed, São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Manfredo. Aguiar, Odilon Alves **Filosofia Política Contemporânea**. In a teoria marxista do pensamento político de MORAES, João Quartim. Petrópolis, RJ :. Vozes, 2003.

PIRES, Cecília Maria Pinto. **Reflexões sobre Filosofia Política**, Santa Maria/RS 1986.

PEREIRA, Caio Mário da Silva , **Instituições de Direito Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1979. v. V

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**: Tradução D. A. Azevedo. 2ª Edição. São Paulo: Ática. 2000.

ROCHA, José de Albuquerque: **Estudos sobre o Poder Judiciário**, Ed. Malheiros, São Paulo/ SP, 1995.

SALVATTI, Ideli . **Estatuto do Idoso**, Brasília DF , Senado Federal, 2003

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução à sociologia da administração da justiça**. In: Faria, José Eduardo (org.) **Direito e Justiça. a Função Social do Judiciário**, 3ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1997.

SILVA, Germano Campos Da **Aposentadoria Parcial: uma medida de preparação para a saída da vida ativa para inatividade**.

Disponível em: <http://agataucg.br/fodf/APOSENTADORIAPARCIAL..pdf>> Acesso em 30 mai 2009.

SILVEIRA, Dartiu Xavier da , PEREIRA, Fernanda Gonçalves, **Panorama Atual de Drogas e Dependência**, SP, Ateneu, 2006.

SIFUENTES, Mônica Jacqueline. **O Poder Judiciário no Brasil e em Portugal: reflexões e perspectivas**. In: Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília, v. 11, n. 3, p. 43-63, jul./set 1999.

Tribunal de Justiça, Escola de Administração. Curso de Treinamento inicial para Assistente Social, RJ, Gráfica do ESAD, 1997.

ZARIAS, Alexandre **Negócio Público e Interesses Privados a Interdição Civil e os Dramas de Família** ed. Hucitec São Paulo ,2005.